

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VIOLÊNCIAS NA ÍNDIA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS SOBRE AS  
MULHERES**

**BIANCA MORAIS FERREIRA**

**CARUARU  
2016**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VIOLÊNCIAS NA ÍNDIA: UM ESTUDO DOS IMPACTOS SOBRE AS  
MULHERES**

Monografia apresentada por Bianca Morais Ferreira, ao curso de Relação Internacionais do Centro Universitário Tabosa de Almeida ASCES-UNITA, como exigência para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profª Ma. Mariana P. O. de Lyra.

**CARUARU  
2016**

## **BANCA EXAMINADORA**

Aprovada em 06/12/2016

Presidente: Prof<sup>a</sup> Ma. Mariana P. O. de Lyra

Primeiro Avaliador: Prof. Dr<sup>a</sup> Katheline Lages

Segundo Avaliador: Prof. Ma. Manuella Donato

**CARUARU**  
**2016**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as boas energias que me guiaram nesses quatro anos de graduação e que me deram forças para entender que todo processo de liberdade deve ser desenvolvido com responsabilidade e determinação.

Á minha mãe, Erenice Moraes, que me inspira todos os dias. Sua garra foi combustível para minhas lutas diárias. Obrigada por sempre pensar em mim e por sempre me ensinar que o conhecimento que adquirimos na vida ninguém pode nos tirar.

Ao meu pai, Sebastião Afonso e meu tio Evandro Vieira de Moraes, que mesmo sendo homens de poucas palavras me inspiraram nessa caminhada e formaram minha personalidade muito mais do que imaginam. Obrigada, pai, por sempre estar disposto a ouvir meus desabafos e me mostrar diariamente que tudo que realizamos com honestidade e amor vira ao nosso favor de forma brilhante e positiva.

A minha avó Maria Moraes que faleceu antes mesmo de me ver formada, mas que sempre me encorajou a ser uma mulher forte e guerreira. A minha avó Alaide Ferreira, professora e uma mulher de persistência que está sempre me dando forças e incentivos para seguir.

Aos meus amigos de infância que sofreram comigo quando decidi sair da minha cidade natal, São Paulo e enfrentar um desejo do coração, mas que continuaram ao meu lado em toda minha formação, não só acadêmica, mas como pessoa. Obrigada.

Ao meu melhor amigo e companheiro André. Obrigada por me mostrar The Adicts, The Fratellis, Flogging Molly, e filmes como Clube da Luta e outras tantas séries que acompanhamos juntos e que hoje me inspiram. Obrigada por ouvir meus lamentos e dar gargalhadas comigo quando mais precisei, por segurar minha barra nesses quatro anos e acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava. Obrigada por tudo, por ser minha parte racional e por me acolher na sua casa sempre que eu precisei voltar para São Paulo e me sentir viva fora da cansativa rotina. Obrigada por secar minhas lágrimas no aeroporto ao final de toda viagem que passávamos juntos e eu precisava voltar para essa jornada acadêmica e você sempre dizia que passaria rápido e logo eu ficaria bem. Você tinha razão, eu sempre fiqueii.

A todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica nesses quatro anos e a orientação da professora Mariana Lyra que foi essencial para seguir com a temática e minhas loucuras e desesperos diários. A cidade de Caruaru que acolheu uma Paulista e me proporcionou conhecer pessoas do bem que de alguma forma me ajudaram nessa caminhada.

*“Alguma coisa disso é real”? Olhe para isso. Olhe! Um mundo construído em fantasia. Emoções sintéticas em pílulas, guerra psicológica em propagandas, produtos químicos em comida que alteram a mente, seminários de lavagem cerebral em mídia, bolhas de controle em forma de redes sociais.”*

*(Mr. Robot)*

## RESUMO

De modo geral, o estudo dos tipos de violência dentro de determinadas culturas é um campo novo de estudo das Relações Internacionais. Mesmo quando alguns aspectos políticos e culturais parecem estar sendo alterados ao longo dos anos, algumas condições sociais permanecem pouco inalteradas. No caso da Índia, um país de cultura milenar e com relativo desenvolvimento econômico e político, continua sofrendo com a violência de gênero que vem se agravando ao passar dos anos. Em detrimento disso, o objetivo desta análise é abordar os tipos de violência, por meio da história e suas implicações no cenário internacional, demonstrando os impactos tidos sobre as mulheres. A proposta recorre de uma pesquisa de objetivos descritivos e qualitativos no qual o foco derivou da apresentação de reflexões sobre a realidade do país. Utilizando de revisões de literatura de autores como Barry Buzan e Lene Hansen, a pesquisa visou relacionar o contexto histórico da Índia para, assim, analisar suas relações no cenário internacional. Com o apoio do referencial teórico do autor Johan Galtung alcançou-se melhor base quanto aos tipos de violência, uma vez que o autor é pioneiro no assunto. O método indutivo e a revisão bibliográfica, por fim, ajudaram a compreender a realidade dos fenômenos sofridos no país para melhor análise do impacto dentro do sistema. Dessa forma, as considerações finais foram necessárias para demonstrar que os mecanismos de proteção às mulheres continuam falhos e o crescente nível de violência dentro do país carece de maior combate em prol das mulheres.

**Palavras Chaves:** Violência Estrutural. Índia. Gênero.

## **ABSTRACT**

In general, the study of the types of violence within particular cultures is a new field of study of International Relations. Even when some political and cultural aspects seem to be changing over the years, some social conditions remain unchanged. In the case of India, a country of millennial culture with relative economic and political development, it continues to suffer from gender-based violence that has worsened over the years. To the detriment of this, the objective of this analysis is to address the types of violence, through history and its implications in the international scenario, showing the impacts on women. The proposal draws from a research of descriptive and qualitative objectives in which the focus was derived from the presentation of reflections on the reality of the country. Using literature reviews from authors such as Barry Buzan and Lene Hansen, the research aimed to relate the historical context of India to analyze their relations in the international scenario. With the support of the theoretical reference of the author Johan Galtung, a better basis was obtained for the types of violence, since the author is pioneer in the subject. The inductive method and the bibliographic review, finally, helped to understand the reality of the phenomena suffered in the country to better analyze the impact within the system. Thus, the final considerations were needed to demonstrate that the mechanisms for protecting women remain flawed and the increasing level of violence within the country needs more fighting for women.

**Key Words:** Structural Violence. India. Gender.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I – ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL PÓS-GUERRA FRIA</b>	<b>12</b>
1.1 Conceituações de violência e paz por Johan Galtung	16
<b>CAPÍTULO II – UM BREVE MOMENTO DOS ESTUDOS DE CASTAS NA ÍNDIA</b>	<b>23</b>
2.1 As formas de violências e os impactos sobre as mulheres indianas	26
<b>CAPÍTULO III – AS FORMAS DE VIOLÊNCIAS NA ÍNDIA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DENTRO DA SOCIEDADE</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>53</b>



## INTRODUÇÃO

Investigações acerca da violência dentro de determinadas culturas é um campo novo de estudo das Relações Internacionais. Tendo em vista que por mais mutável que possa parecer os aspectos culturais e político antigo de alguns países, ainda há condições sociais que permanecem pouco inalteradas. A Índia, por exemplo, é um país milenar que alcançou relativo desenvolvimento político e econômico nas últimas décadas, mas continua sofrendo com a violência de gênero dentro de seu país. Com efeito, há ainda um grande esforço por parte da academia em abordar determinados temas não como meio de oferecer respostas, mas, antes para sugerir reflexões e provocar questionamentos sobre o surgimento de conflitos que derivam dessas sociedades. Há uma grande carência de análise que considerem questões culturais e estruturais ao invés de descartar ou apenas sugerí-las como justificativa para repressões diárias e marginalização.

O objetivo desta análise é abordar os tipos de violência, por meio da história e suas implicações no cenário internacional, demonstrando impactos sobre as mulheres.

A Índia ainda é pouco estudada pelas Relações Internacionais, principalmente considerando que é um país de cultura<sup>1</sup> milenar e com peso regional importante. Há um contínuo sistema de reprodução social a partir daqueles que permitem um grau significativo de mudança social àqueles que não o permitem. As sociedades caracterizadas pelo sistema de castas que estão em seu ponto máximo de reprodução automática dos grupos fixos que passam de geração a geração com benefícios e vantagens que determinam as relações entre as classes dominantes e as dominadas.

O patriarcado traz a essas culturas a procura de liderança, o domínio do poder que acarreta um gerador de desintegração social, a interpretação religiosa favorecendo ao homem e diminuindo a mulher, ideologias que passam a ser exclusivistas; elementos fortes culturais, a desumanização do outro ou a manutenção de estruturas que de forma hereditária perpetua a injustiça e a falta de oportunidade nas participações dentro e fora da sociedade. Alguns desses fatos demonstram que a violência direta atingirá esses seres humanos com ações de outros.

---

<sup>1</sup> De acordo com o Dicionário de Relações Internacionais, o termo cultura significa normas, valores e bens materiais característicos de determinados grupos. A cultura é uma característica própria da associação social humana e que necessariamente precisa de uma sociedade para se desenvolver já que é a base para a existência de cultura. Em um sentido amplo da palavra, o termo cultura inclui os sistemas, símbolos e valores que servem às interações sociais. Disponível: <<https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>>. Novembro, 2016.

Não somente a violência cultural atingirá os agentes internos que participam diariamente dessas repressões como os agentes externos também (GALTUNG, 1996).

Observa-se que o modelo de reprodução cultural do país não pode ser defendido como um modelo para a mudança histórica, mas que tem grande relevância no contexto histórico da Índia e seu sistema de reprodução automático que vem cheio de vantagens a determinados grupos a custo de outros de forma inescapável para eles. A partir disso, pretende-se explorar aqui a história do país relatando como seu modelo cultural continua gerando grande impacto na violência direta, estrutural e cultural no país.

A proposta recorre de uma pesquisa de objetivos descritivos e qualitativos. O principal foco derivou da apresentação de reflexão sobre a realidade da Índia. Usando uma revisão de literatura, a pesquisa visou relacionar o contexto histórico do país para analisar suas relações no cenário interno e internacional.

O método indutivo é utilizado para o desenvolvimento do estudo, tendo em vista que para compreender a realidade e determinados fenômenos sofridos no país se fez necessário o conhecimento da sua colonização britânica e os processos sofridos até sua independência por meio de pesquisas exploratórias e análise bibliográfica para melhor análise do impacto no sistema internacional atual. Desta forma, procurou-se demonstrar como tais influenciaram na construção de um sistema de castas e como qualquer que tenha sido no passado sua transformação no aspecto cultural e estrutural, suas condições permanecem desde a Antiguidade de forma similar.

Dessa maneira, o primeiro capítulo apresenta revisão bibliográfica dos estudos de segurança no Pós-Guerra Fria expondo o alargamento do conceito de segurança, a introdução dos princípios de Segurança Humana em que o indivíduo passa a ser posto como objeto de referência, retratado por autores como Buzan e Hansen (2010). Ainda neste capítulo é apresentada a conceituação de violência e paz por Johan Galtung (1969).

O segundo capítulo apresentou um breve estudo sobre as castas dentro da cultura indiana. Foi necessário trazer elementos históricos do país sobre a construção das castas e sua hierarquia como herança do colonialismo além de analisar não somente o aspecto original das castas e suas transformações ao longo dos anos, mas sua permanência dentro da sociedade. Em um segundo momento, foi proposto uma análise mais central quanto ao papel da mulher dentro desse cenário. Demonstrou-se que textos religiosos antigos já descreviam a submissão da mulher; o número de homens comparado a mulheres; ideologia que passaram a ser exclusivistas dentro do país e figuras importantes em torno de uma discussão em âmbito local

e governamental. Alguns dos elementos analisados demonstram que a violência direta, relatada por Johan Galtung (1969), impactará esses seres humanos com ações de outros.

No terceiro capítulo discutem-se as questões de gênero indiana a partir das premissas de violência propostas pela teoria de Galtung (1969) e para isso demonstrou-se que o patriarcado dentro de uma relação de subordinação e poder tem configurado violências contra as mulheres indianas; apresentou-se relatos de que a Índia é dominada por homens em sua grande proporção desigual, algumas crenças de submissão quanto a mulher, casos de infanticídio feminino e as formas de violências que as mulheres indianas ainda sofrem em decorrência do patriarcado.

Por fim a proposta da pesquisa vem, para de alguma forma, suprir a escassez de temas com foco na Índia. Nas considerações finais da análise foi possível demonstrar que os mecanismos de proteção às mulheres são falhos e o crescente nível de violência dentro do país precisa de maiores fiscalizações de fato em torno do problema. O intuito não foi puramente uma análise histórica, mas demonstrar e criar um entendimento a respeito de acontecimentos visíveis e invisíveis – utilizando da teoria de Johan Galtung (1969) - dentro da estrutura cultural do país que vem servindo para justificativas hereditárias de um regime e sugerindo-as por meio de relatos sentenças e exclusão as mulheres.

## **CAPÍTULO I - ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL PÓS-GUERRA FRIA**

A compreensão de segurança para Buzan e Hansen (2010) sempre fora centrada no Estado, em seu território e sua soberania. Após a IIª Guerra Mundial, intensos debates - tanto políticos quanto acadêmicos - foram formulados para uma redefinição do conceito de segurança. Passa-se a debater quem seria o principal referente da segurança e quais meios seriam utilizados para dar proteção a ele. O principal referente até então era o Estado; indivíduos e sociedades ficavam em segundo plano. Os meios para proteção concentravam-se no militar (BUZAN; HANSEN, 2010).

Com o fim da Guerra Fria e com o reconhecimento internacional sobre assuntos de segurança, o principal referente da segurança concentrou-se no indivíduo e o meio para protegê-lo fora voltado ao desenvolvimento humano, conhecido como Segurança Humana. Dessa forma, o Estado passou a não ser exclusivamente visto como único sujeito de segurança (DIAS; MOTA; RANITO, 2011).

O precursor da Segurança Humana, em que o indivíduo é posto como objeto de referência, foi o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em 1994. De acordo com o relatório, o PNUD prevê formas de explorar as novas fronteiras da segurança humana e da vida cotidiana, uma vez que para a maioria das pessoas, a insegurança é fruto dessas preocupações e não puramente com eventuais perigos externos e fora de alcance como questões ambientais. Tinha-se em mente a necessidade de descobrir possíveis sinais de crise e, dessa forma, colocar em prática ações preventivas. Então, o PNUD parte do princípio de que o mundo não desfrutará da paz a menos que os seres humanos tenham segurança em seu cotidiano, uma vez que no futuro existirão mais conflitos internos dos países do que entre Estados. Dessa forma, para o PNUD, a busca dessa segurança humana deve ser feita por meio do desenvolvimento e não militarmente.

O PNUD desenvolve dois aspectos principais para a segurança humana. O primeiro seria voltado para manter as pessoas a salvo de ameaças como a fome, doenças e repressão e o segundo, protegê-las de mudança que afetariam diretamente sua vida cotidiana, como guerras e genocídios. Além dos dois aspectos para a segurança humana, o relatório ainda identifica sete dimensões da segurança, que de forma resumida passam pelas categorias de Segurança Econômica, Alimentar, Sanitária, Ambiental, Pessoal, Comunitária e Política. O relatório afirma que os sete elementos são interligados, ou seja, a ameaça contra um se propaga a todos.

Quando o PNUD desenvolveu o relatório de 1994, apresentando uma nova maneira de pensar a segurança internacional, o termo segurança humana passa a desafiar a concepção tradicional e estadocêntrica e coloca o indivíduo como evidência. A nova proposta de segurança humana aqui apresentada são reflexos do século XX e coloca em destaque novas formas de ameaças de insegurança internacional que vão transcender as fronteiras do Estado e solicitar novas respostas internacionais que evidenciem o indivíduo (OLIVEIRA, 2011).

Pode-se presumir que a segurança humana seria mais coerente com os valores da era pós Guerra Fria, que enfatiza os direitos universais dos seres humanos e a obrigação de todos os membros da comunidade internacional de respeitar estes direitos e de garantir a sua proteção (OLIVEIRA, 2011, p. 23).

O novo conceito de Segurança Humana foi uma mudança paradigmática, mas não foi de fácil aceitação dentro da academia de modo que os tradicionalistas continuavam defendendo o conceito de segurança estadocêntrico, com foco no domínio militar. Para os estudos tradicionais, o alargamento do conceito tornaria intelectualmente discordante e dificultaria a resolução dos problemas (DIAS; MOTA; RANITO, 2011).

A essa primeira parte do trabalho, caberá uma maior manifestação dos escritos de Barry Buzan, grande responsável pelo esboço da teoria do Complexo Regional de Segurança junto a Lene Hansen estudiosa dos estudos de segurança, em um livro escrito por ambos, “A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional” (2010), mas não sem apresentar outros autores também responsáveis pelos estudos de segurança.

Buzan e Hansen (2010) apresentam a pesquisa de paz como um grande desafio, uma vez que existem extensas abordagens na qual mantém suas populações e planeta reféns de desastres nucleares.

Isso constituía a “humanidade” ou o indivíduo como o objeto de referência, em vez do Estado, evocando, a partir daí, a longa tradição liberal de realizar um escrutínio crítico das relações entre os cidadãos e as instituições de autoridade e soberania (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 166).

O fim da Guerra Fria trouxe grandes questões na agenda de Estudos Estratégicos e Pesquisa da Paz que há muito tempo era dominada pela “rivalidade entre as superpotências e o temor da guerra nuclear” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 246). A queda da bipolaridade mostrou aos neorrealistas que mesmo quando se presumia que seria algo duradouro, não fora permanente. O fim da bipolaridade trouxe a compreensão realista do Estado como sendo movida por sua própria utilidade de poder, interesses e segurança que parecia, agora, “ecoar de forma fraca” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 246).

Pesquisadores da paz não apenas criticaram os estudos estratégicos, como também propuseram uma visão oposta de paz, tanto positiva quanto negativa. Galtung (1996) relata a paz negativa como a ausência da guerra, uma espécie de violência que ocupa largas escalas de violência pessoal. Essa nova forma de divisão deu abertura para uma nova agenda de pesquisa em segurança militar. A paz positiva, por sua vez, tinha diversas interpretações. Anteriormente, nos anos 1950 e 1960, a paz positiva era definida como “integração da sociedade humana” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 166). Porém, ao final da Guerra Fria, Galtung (1996) atribuiu à paz positiva a inclusão de “violência estrutural” que daria espaço para novas visões de desigualdade e injustiça social. Essa nova visão foi necessária para os estudos do autor uma vez que fornecia uma ponte para o desenvolvimento do tema e uma maior atenção para as sociedades ocidentais, as questões de direitos humanos e ambientais.

A Teoria Construtivista afirmava não existir um conceito de segurança universal e globalmente aceito. Afirmavam não poder assumir que “em construções políticas distintas daquela que serve de base aos Estados de Segurança Internacional [...] o derradeiro objetivo securitário seja a sobrevivência do Estado ou do indivíduo” (DIAS; MOTA; RANITO, 2011, p. 9).

Para tal, a base de explicação do Construtivismo afirmava que o significado de segurança depende do modo como cada sociedade lida com conceitos políticos como a violência, governança, legitimidade e dentro dessa realidade a segurança e as visões de ameaça se projetam como construções desses conceitos sociais da realidade (BUZAN; HANSEN, 2010, pp. 200-202). Buzan e Hansen afirmam que:

A preocupação com a maneira pela qual os governos e a mídia de massas produzem ou manipulam as imagens de inimigos caminhavam junto com a [...] de ver a guerra como algo que começa na própria mente das pessoas. Uma parcela significativa da Pesquisa da Paz se voltava, portanto, ao estudo da opinião pública e da propaganda, inclusive de como crianças e jovens eram socializados para aceitarem imagens de inimigos e ideais sobre a guerra e paz (2010, pp. 192-194).

Essa citação faz-se pensar no papel da Índia perante não somente sua sociedade como o reflexo da mesma a outros países quanto sua cultura. A preocupação do governo indiano em demonstrar avanços quanto à sociedade indiana e os direitos focados em uma maior estabilidade do sexo feminino vem causando reflexões devidas, ainda, a grande ocorrência de atos contra as mulheres justificados por meio da cultura. Essa preocupação com a maneira do governo e a mídia manipularem a imagem do inimigo não diz respeito só a algo macro, mas, também, ao micro, dentro da própria sociedade. A violência estrutural, que seria aquela inserida nas estruturas sociais e que normalmente relaciona-se diretamente com a injustiça

social (GALTUNG, 1969), cria abertura para discussões quanto ao papel que o país desenvolve para o cenário internacional assinando e ratificando tratados e o papel que desempenha dentro da sociedade e como coloca em prática seu compromisso.

A cultura baseada em valores masculinos impacta na educação de crianças e jovens, que podem reforçar concepções sobre o outro baseado nas exclusões como, por exemplo, a visão de quem se é o inimigo, como são socialmente criados para aceitarem essa imagem, as questões de impureza, etc. O ilógico atenta para o próprio inimigo que aqui é descrito sendo a sociedade contra os indivíduos participantes. Como por exemplo, as castas e suas divisões. A imagem do inimigo nem sempre vem de forma direta, de outros países que ameaçam sua economia, política e violência, mas cria-se, muitas vezes, dentro de sua própria cultura. Outro ponto que dá maior barganha a continuação do exemplo, ainda por Buzan e Hansen (2010) seria a cobertura de notícias sobre a política externa. A esse ponto, pode-se concluir que a “preocupação se referia a quais eventos eram selecionados como cobríveis pela mídia, principalmente considerando a tendência da mídia de selecionar eventos violentos e relatá-los de modo simplificado e sensacionalista” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 192).

No caso da Índia, não somente a tendência de simplificar os eventos violentos como ações que envolvem a cultura, o país continua a tratar de sua sociedade civil com pré-conceitos já estabelecidos. Interessante notar que no país seus próprios cidadãos são criados para pensar e agir a tais eventos de forma normal, de modo geral, sempre culpar as vítimas, como é o caso do estupro coletivo ocorrido em 2012, ao qual é estabelecido que mulheres que andam durante certo horário na rua foram culpadas por atos tão brutais. Tais acontecimentos não é somente algo em particular do país, mas em decorrência do foco do trabalho ser voltado ao mesmo, faz-se necessário uma maior ênfase ao próprio. Exemplos sobre o relato acima será mais bem abordado no próximo tópico (1.1).

A preocupação de Galtung (1965, p. 64), no Pós-Guerra Fria devido, era justamente com “fatores seletivos e de distorção” nos próprios eventos e representação midiática de países como a Índia devido a distorção de casos violentos quanto transmitido ao cenário internacional. Ou seja, “as percepções da realidade podem estar mais ou menos de acordo com a própria realidade, mas ambas – realidade e representação midiática – eram distintas ontologicamente e analiticamente” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 193).

As preocupações e desafios nacionais durante a Guerra Fria eram explícitos com o processo de formação do inimigo que se “baseava no pressuposto mais profundo de que os Estados não precisam perceber um ao outro pela perspectiva realista, mas podem se engajar por meio da cooperação” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 193).

Nos estudos escritos por Buzan e Hansen (2010) relata-se sobre o conceito de Paz Liberal proposta por Deutsch (1957). Tal inaugurou uma posição crítica dentro dos debates entre Estudos Estratégicos e a Pesquisa da Paz, pois evidenciou a relação entre os governos e as populações com relação a questões de coesão domésticas e social que davam abertura para novos debates nas questões de segurança. Porém, de forma contrária, Buzan (2010) defendia a existência de uma tensão entre o Estado, protetor da segurança de seus cidadãos e o Estado visto como uma ameaça aos indivíduos. De acordo com Dias; Mota; Ranito (2011) a “Comissão Independente de Desarmamento e Assuntos de Segurança” (1982, p. 4) descreve a seguinte questão em seu relatório: “cidadãos de todas as nações desejam estar aptos e permanecerem fieis aos princípios e aos ideais sobre os quais seu país foi fundado, livre para mapearem futuros em conformidade com suas próprias escolhas”.

Afirmar que os indivíduos gostariam de ser fieis aos ideais que seus países lhe impõem seria claramente evidenciar uma “harmonia entre Estados e indivíduo sustentada por concepções estadocêntricas de segurança” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 217). Isso traz questões dentro da cultura indiana, no qual a interferência de assuntos domésticos causaria um enorme desconforto dentro do próprio Estado, uma vez que condições de sobrevivência dentro da Índia são questões desde sua colonização e mesmo depois de décadas a soberania estatal protege os “Estados para que outros não se intrometam em suas escolhas ideológicas, religiosas, políticas ou econômicas” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 217), além de culturais.

Isso deixa evidente que a Comissão estava firmemente “inserida dentro do confronto bipolar, no qual os Estados eram vistos como a chave para um mundo mais pacífico” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 217). Por mais que, teoricamente, o Estado seja o garantidor de segurança aos indivíduos, em sua prática, isso nem sempre é realizado. Essa questão “fez da Segurança Comum um conceito utilizado geralmente em oposição à Segurança estadocêntrica e considerada uma preparação do cenário para a segurança individual” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 218).

Para que haja a devida prevenção dessas ameaças, que põem em perigo os indivíduos, os Estados, grupos e as sociedades é necessário estabelecer cooperações á longo prazo. Dessa forma, o conceito de segurança humana trabalharia as diversas dimensões da segurança, mostrando a força e a possibilidade de traçar novas barreiras fortes entre assuntos não somente externos, mas internos também (OLIVEIRA, 2011).

### **1.1 Conceituações de violência e paz por Johan Galtung**



A ideia de paz, seu conceito e seus estudos são visivelmente multidisciplinares e complexos de acordo com Silva (2002). Talvez a paz seja uma mistura de ideal histórico cujo significado está sempre em fluxo. Wiberg (2005, p.21) afirma que “não haverá nunca um consenso universal em torno da expressão” e, dessa forma, paz varia não apenas em seu significado, como também em seus momentos. Nem sempre a antítese de paz é conflito ou guerra. Conflitos aparecem muitas vezes como inevitáveis, principalmente os de cunho econômico, político, culturais e podem ser socialmente desejáveis se para isso seu resultado for promover e aumentar a paz como consequência, diminuindo a violência.

Às vezes, a antítese de paz também não é violência, mesmo quando historicamente os tipos variados de violência descritos acima ajudaram a trazer períodos de paz mesmo que frágeis. Para que se entenda o sentido de conflito presente aqui, Silva (2002, p. 37) afirma:

O conflito de interesses entre Estados é marcado pelo uso ou possibilidade de uso da força, uma vez que supõe uma luta constante pelo poder no contexto das relações internacionais. Por isso, a paz e a segurança só podem ser alcançadas mediante um equilíbrio de poder (balance of power) entre os Estados.

A palavra paz, em primeiro caso, significa a ausência da guerra. Assim como a palavra guerra sugere situações extremas e, portanto, estão em lados opostos com meios intermediários. Para que a paz seja durável deve-se ter uma estrutura estável que é “muito mais do que somente a ausência da guerra” (OLIVEIRA, 2009, p. 69). Para Galtung (1975):

Existe a violência que fere e agride, e mesmo mata o corpo humano; a violência que tira vagarosamente a vida através da má-nutrição e da doença; a violência que fere e agride, e mata, o espírito humano através da repressão; e a violência que tira o significado da vida do ser humano através de sua alienação. A estas, pode ser acrescentado uma quinta: a violência contra a natureza, destruindo a capacidade da natureza de se reproduzir, ofendendo as necessidades da natureza (*apud* SILVA, 2003, p. 40).

Percebe-se que de acordo com Silva (2003) Galtung (1975) descreve cinco tipos de manifestações da violência. Entre elas estão a violência direta; a privação das necessidades básicas; privação de liberdade; alienação, que o autor vai chamar de violência estrutural, e, por fim a violência contra o meio ambiente. Ao decorrer do trabalho serão mencionadas com maiores detalhes.

A paz é um meio de transformação ética, pessoal e coletiva entre os povos. Seus meios e objetivos estão em contínua evolução e por vezes regredindo durante períodos de conflitos e às vezes progredindo sem violência para concretizar a equidade social. Assim como o percurso da vida e da história, a paz em seu significado de vivência e atuação vem lutando

pela durabilidade e sobrevivência em um ambiente de constantes mudanças (OLIVEIRA, 2002; AMARAL, 2015).

Em sua obra *Violence, Peace and Peace Research* (1969), Johan Galtung<sup>2</sup>, um dos principais sociólogos e estudiosos da área de estudos de paz e conflitos, afirmava que para estudar a paz é necessário entender a violência. Reconheceu que para a existência de violência deve haver um sujeito, um objeto e uma ação. Dessa forma, violência não pode ser entendida apenas por um único meio, mas como um conceito vasto.

Os ampliadores da teoria de Galtung buscavam o desenvolvimento nos estudos da paz. Kenneth E. Boulding (1978) afirmava que parte dos pesquisadores e estudiosos da paz não eram bem qualificados para falar sobre o assunto. Dessa forma, argumentava que as mudanças militares se apresentavam com urgência que “excedia a da paz positiva: as armas nucleares tinham o potencial de incinerar todo o planeta, fazendo delas a maior ameaça à humanidade” (BUZAN; HANSEN, 2010, p. 206). Boulding (*apud* BUZAN; HANSEN, 2010, p. 206) ainda afirmava que a:

guerra, a demolição da “paz negativa” de Galtung, permanece como a maior e mais óbvio perigo atual para a raça humana, um perigo a sobrevivência humana muito maior do que a pobreza, a injustiça, ou a opressão, por mais que seja desejável e necessário eliminá-las.

Ao descrever sobre os tipos de violência, Galtung (1969) considera inicialmente dois tipos: física e psicológica. Em primeiro momento, a violência física teria um maior impacto visto que afeta diretamente e de forma perceptível e pontual, ou seja, é possível nota-la no momento visto que sua pontualidade afeta o físico. Já a violência psicológica atua no campo do emocional, violando e potencializando o lado mental do ser humano com ameaças, seguimentos da doutrina, mentiras, lavagens cerebrais, entre outros (OLIVEIRA, 2002).

A partir dessa forma de divisão da violência, Galtung (1969) diferencia a violência em dois campos: negativa e positiva. Nessa diferenciação a violência vem como um meio de alcançar determinados fins com resultados que irão variar do uso propriamente dito de cada tipo de violência, ou seja, essa definição de violência negativa e positiva vem, necessariamente, para identificar qual e por qual meio implicou ou não no ferimento de algo e se existiu ou não um sujeito que efetuou a violência. Outra forma de identificar se esse tipo de

---

<sup>2</sup> Nascido na capital Oslo da Noruega em 1930, Johan Galtung é matemático, sociólogo e um dos principais estudiosos e fundadores na área de estudos de paz e conflitos nas Relações Internacionais. O sociólogo influenciou diversas teorias principalmente na distinção entre os tipos de violências (direta, estrutural e cultural) e paz, (negativa e positiva) além dos estudos nas teorias de conflito e de resoluções de conflitos, conceitos como peacebuilding, entre outros que desde então vem sendo usados como referência para criação de outras análises dentro das Relações Internacionais. Disponível: <<http://jmada.eresmas.net/V%20Jornadas/galtung.htm>>. Novembro, 2016.

violência foi intencional e qual o caráter de sua manifestação, seria observando se “ela é manifesta (visível e identificável), ou se é latente (de difícil identificação e reflexo de alguma ação não direta)” (AMARAL, 2015, p. 105). De acordo com Galtung (1969, p. 183):

With the distinction between personal and structural violence as basic, violence becomes two-sided, and so does peace conceived of as the absence of violence. An extended concept of violence leads to an extended concept of peace. Just as a coin has two sides, one side alone being only one aspect of the coin, not the complete coin, peace also has two sides: absence of personal violence, and absence of structural violence. We shall refer to them as negative peace and positive peace respectively<sup>3</sup>

Assim como a violência, a definição de paz pode variar entre negativa e positiva e dessa forma entende-se que a paz negativa é a mera ausência da guerra, mas que não anulará a predisposição para ela vista na forma de violência estrutural na sociedade. E a paz positiva, não somente como uma forma de prevenção contra a guerra, mas em um olhar no cenário doméstico, na construção de uma sociedade melhor e com melhores serviços em conjunto como educação, saúde, ajuda mútua, entre outros (OLIVEIRA, 2011).

De acordo com Galtung (1969) para que haja uma segurança durável, ela deve, primeiramente, estar em sintonia com uma estrutura de paz positiva, que para o autor é mais do que somente a ausência da guerra. A paz positiva implica diretamente na redução da violência estrutural, pois impede o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos como a desigualdade social. De acordo com Oliveira (2011) a paz positiva seria a ausência de violência estrutural, pois esta só poderia ser implementada por meio de uma grande mudança social que, por sua vez, dependeria de uma ajuda mútua. Essa ajuda mútua envolve educação e interdependência dos povos.

O que nos interessa neste trabalho não é propriamente a construção de paz, mas expor a forma como a violência, tanto positiva como negativa, continua interferindo na construção, por meios visíveis e invisíveis, do pensamento contemporâneo sobre os direitos igualitários entre homens e mulheres na Índia. Essas interferências têm implicado diretamente em poucas adaptações para a modernidade que acabam gerando, ainda, grande desigualdade entre os sexos.

---

<sup>3</sup> Tradução livre: Com a distinção entre violência pessoal e estrutural como base, a violência possui duas faces, e o mesmo acontece com a paz concebida como ausência de violência. Um conceito ampliado de violência remete a um conceito ampliado de paz. Assim como uma moeda tem dois lados, um lado sendo apenas um aspecto da moeda, não a moeda completa, a paz também tem dois lados: a ausência de violência pessoal e ausência de violência estrutural. Devemos referir a eles como ‘paz negativa’ e ‘paz positiva’, respectivamente (p. 183). Disponível: <<http://www.jstor.org/stable/422690>>. Novembro, 2016.

Dessa forma, Galtung (1969) tem um papel importante no pioneirismo do assunto, pois delimita a construção sobre a violência em meio a tantos conceitos, que subjugam a relação constante de violências visíveis e invisíveis.

No primeiro campo das visíveis, toma-se como base a violência direta, sendo aquela física ou verbal identificável e que se manifesta em uma relação direta de uma ação violenta com propósitos de agressão, ofender e até eliminar. No segundo campo, invisível, encontra-se a violência estrutural e a violência cultural. A estrutural como o próprio nome sugere, estaria inserida nas estruturas sociais e traz diretamente a relação de injustiça social, marginalização e discriminação. A cultural é identificada em ações ligadas diretamente aos meios culturais e comunidades sociais, religiosas ou políticas. Desse modo, são atitudes, acusações e quaisquer aspectos da cultura que podem ser usados para justificar a violência, tanto de forma direta ou estrutural, permitindo enxergar a repressão ou exploração como fatos normais dentro da sociedade (GALTUNG, 1969).

Na Índia, por exemplo, existe, ainda, uma grande tendência de interpretar de forma distorcida a violência de gênero<sup>4</sup> a misoginia como expressões culturais e de tradição. Um caso recente e que poderia facilmente ser associado aos tipos de violências descritos acima, seria o estupro coletivo e assassinato ocorrido no ano de 2012 em Nova Délhi, onde, Mukesh Singh, um dos homens condenados, justifica o estupro “alegando que a vítima tinha ultrapassado os limites dos papéis de gênero estabelecidos e da moralidade feminina” (KRISHNAN, 2015, p. 264).

Assim, a violência direta efetiva, por meio do comportamento do outro, atos de violência. A violência estrutural concentra-se em estruturas que não permitem o acesso às necessidades e a cultural cria “um marco legitimador da violência e se realiza por atitudes pessoais” (AMARAL, 2015, p. 106). Portanto, os três aspectos da violência (Direta, Estrutural e Cultural) correspondem ao que Galtung (1969) classificou como “Triângulo da Violência”.

---

<sup>4</sup> De acordo com a Universidade Duke, na Carolina do Norte, a violência de gênero inclui agressão sexual, estupros, assédio sexual, perseguição, tráfico de sexo, entre outros. Tal termo reflete a ideia de que a violência muitas vezes serve para manter as desigualdades estruturais e inclui todos os tipos de violência contra mulher, criança, homossexuais, homens, transexuais e não conforme somente o gênero, mas, de alguma forma esse tipo de violência influencia ou é influenciada por relações de gênero. Para Universidade é necessário enfrentar adequadamente essa violência e deve-se tratar de questões culturais que incentivam a violência como parte da masculinidade. Disponível: <<https://studentaffairs.duke.edu/wc/gender-violence/what-gender-violence>>. Novembro, 2016.

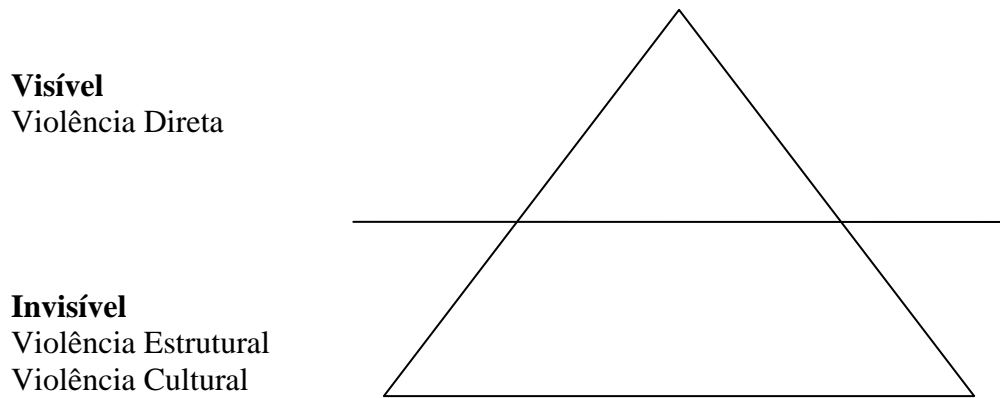


FIGURA 1 – “Triângulo da Violência” de Galtung  
 FONTE: Galtung (1996)

Para maior compreensão e visualização do triângulo, em sua ponta está à violência direta (visível) e por baixo dessa ponta está a maior concentração de violência composta pelas violências estrutural e cultural (invisíveis), cada qual em sua extremidade. De maneira geral, tal porção subjulga a existência de violência física ou direta. Entre as violências, a cultural tem um caráter mais repressivo, de modo que pode acarretar maiores explorações contra comunidades e ser transmitida como algo normal e corriqueiro. De acordo Amaral (2015), Galtung (1990) afirma que a violência cultural definida acima, assim como qualquer apresentação de uma cultura, pode ser utilizada para “legitimar violência na sua forma direta ou estrutural. A violência simbólica construída em uma cultura não mata ou mutilam como violência direta ou violência embutida na estrutura” (GALTUNG, 1990, p. 291, *apud* AMARAL, 2015, p. 106).

A cultura pode ocasionar exploração, desrespeito contra sua comunidade, repressão e isso ser considerado algo corriqueiro, assim como os tipos de violências invisíveis acarretam. O foco da análise, portanto, é entender como a cultura pode ser utilizada para perpetuar violências baseadas no gênero, utilizando a Índia como fonte de observação. Dessa forma, concretiza a ideia da existência de práticas discriminatórias, como é o caso da Índia que em muitos casos de violência contra mulher invocam a cultura indiana como forma de responsabilizar as vítimas. Tal fato não ocorre somente na Índia, no entanto, o propósito do estudo é fazer uma análise do caso indiano, mas sem excluir a possibilidade deste cenário ser comum a outros países. Quando grandes personalidades influentes indianas ou até mesmo de fora da cultura descrevem a cultura indiana como uma tradição misógina, tais não estão “se referindo a uma cultura pré-existente, estão tentando criar e dar forma a tal cultura” (KRISHNAN, 2015, p. 264).

Dessa forma e por esse motivo, a violência estrutural e cultural estaria relacionada com as oportunidades de vidas que dão diferenciado acesso aos indivíduos quanto ao

desenvolvimento. A intenção de destruir ações violentas perpassam somente a violência direta e dessa forma, é altamente perceptível a necessidade de ampliação e maior controle sobre situações de injustiça. Não há dúvidas de que as vítimas de situações violentas, como descritas, sofrem contra sua liberdade e dignidade. Sobre essas vítimas caem a real ameaça de vida, partindo do pressuposto que “violência é tudo aquilo que impede a auto realização humana” (OLIVEIRA, 2011, p. 60).

No próximo capítulo, trabalhar-se-á com o contexto histórico da Índia e os resquícios que foram deixado a sua sociedade e que os fazem sofrer até os dias atuais com a opressão cultural, principalmente em sua diferenciação entre homens e mulheres dentro da sociedade indiana. Trabalhar-se-á, também, com a política de gênero e como a mesma se classifica no contexto do país.

## **CAPÍTULO II – UM BREVE MOMENTO DOS ESTUDOS DE CASTAS NA ÍNDIA**

Acontecimentos podem marcar a história de um país e isso pode surgir desde a chegada de uma cultura estrangeira, de uma nova religião ou talvez de uma nova ideologia. Acontecimentos esses que vão traduzir e conduzir a identidade de povos.

Para exemplificar melhor, Paula (2006) argumenta que o corpo biopolítico da sociedade indiana acontece com grandes e fascinantes períodos que marcaram a história do país. A autora afirma que a Índia foi construída de maneira bastante diversa, tendo em vista que a ideia de receptividades, especiarias e os trajes femininos que tanto ocultam e seduzem. Dessa maneira, a passividade do povo indiano diante de uma Lei – carma e darma - que tudo dá sentido e determinaram sempre uma concepção receptiva do país.

Desde acontecimentos como a chegada ao Estado de Kerala, na cidade de Calicute quanto à descoberta do Caminho Marítimo para as Índias no século XX, a história da Índia não era descrita por indianos, mas sim pelos outros até mesmo em acontecimentos como da luta pela Independência do país.

Gandhi, grande ativista popular, impulsionou grandes movimentos pela independência e organizou campanhas de desobediência civil contra os britânicos. Foi a partir de Gandhi que a ideia de Índia propriamente dita começou a ser conhecida mundialmente. A terra das doenças, da miséria, do abandono, da fome e da seca. Foi essa Índia excluída da Modernidade - a Índia nômade e tribal, a Índia cheia de vilas com um povo religioso, analfabeto, manipulável – que Mahatma Gandhi lutou. Utilizou todo seu ativismo como uma alternativa, demasiadamente política, para toda a nação indiana (PAULA, 2006).

Por outro lado, Paula (2006, p. 56) argumenta que a Índia de Nehru, o oposto da descrita acima, era “moderna, letrada, presente nas grandes capitais e negociando com o Ocidente de igual para igual, até mesmo no idioma falado e na incorporação de costumes e tradições do colonizado britânico”. Toda essa obscuridade é herança do Colonialismo.

Tratar da cultura indiana exige uma atitude humilde de reconhecimento de limitações, tanto pela dimensão continental de sua geografia e pela dimensão milenar de sua história. Aprofundar o estudo dentro de um contexto tão vasto e em diversas divisões comportaria uma extensa pesquisa que não será realizada aqui. Contudo, para que se compreenda essa herança colonial é importante ressaltar que a mesma deu vida a duas esferas com variantes culturais

forjadas pela história e que começou, de acordo com alguns relatos, com a invasão ariana ao vale do rio Hindo, ainda no período antes de Cristo que formaram a Índia contemporânea.

De acordo com Paula (2006), Vinay Dharwadker, em seu livro “Cosmopolitan Geographies New locations in Literature and Culture” (2001), faz reflexões acerca da Índia contemporânea afirmando que mesmo quando as vilas rurais eram os últimos alvos de expropriação do colonialismo e do neocolonialismo, o poder ainda continua acumulado e desenvolvido na cidade. O que o mesmo vai chamar de “trabalho sujo” dirigindo o termo ao que a globalização causou, afirmando que os setores urbanos e rurais onde a matéria bruta, a produção, o trabalho, a infraestrutura e os consumidores não podem ser quantificados e explorados e que não foi um acidente as transformações ocorridas no século XX. Os eixos de transformações são divididos em dois: o eixo temporal, da colonização até a libertação, que conduziu para as falhas da independência; e o eixo espacial, do macro para o micro, das vilas para a cidade contemporânea, ou seja, “dentro do qual tantas narrativas do antes, do durante e do depois da descolonização estão atualmente desenvolvidas” (PAULA, 2006, p. 57).

Nessa discussão, Dharwadker (2001) coloca como foco a convivência entre a modernidade, que evoluiu consideravelmente nos grandes centros urbanos ao longo dos anos e, por outro lado, o que se vive na maior parte da Índia: costumes econômicos parecidos com os implantados durante o período medieval.

A Índia tem seu início antes de Cristo quando os arianos invadiram a região do Hindo e encontraram civilizações dravídicas já avançadas para o período e os nagas que estavam localizados ao norte. Foi em meio a esse contato que surgiu a ideia de divisão das castas como uma criação dos arianos e com objetivo de manter suas características raciais já que era necessário estar separado dos outros grupos conforme a cor da pele – varna- mantendo-os junto a quem detinha dos mesmos traços raciais. Entende-se que o sistema de castas ainda não era consolidado nos tempos védicos e somente quando essas ocupações foram caracterizadas como hereditárias começa-se a ter noção de castas enquanto um sistema de estratificação social. Nota-se um exemplo sobre o que Dharwadker (2001) aborda quanto a costumes implementados durante períodos como antes de Cristo, mas perpetua-se dentro da sociedade indiana impondo pré-condições sobre a sociedade e moldando-a de acordo com estruturas ancestrais.

Muito se confunde e tem sido variadamente caracterizado a preeminência da casta. O fato de que o estatuto de castas pode persistir independentemente da ocupação, poder ou riqueza, levou alguns a acreditar que era um sistema puramente ideal ou até mesmo uma espécie de ritual. Outros observaram que poderia adaptar-se à mudança da posição econômica



e política levando a ideia de que, no final das contas, as castas eram pragmáticas e materiais e que não havia uma hierarquia imutável sobre elas (ROBB, 2002).

A Índia há longos anos compartilha tradições filosóficas e religiosas além de uma sociedade letrada e com compreensão generalizada de poder da escrita com textos interpretados dentro e fora de seu tempo. Dessa forma, permitiu que os determinados códigos de conduta fossem generalizados a cada período e alguns perpetuassem desde sua geração ao longo dos anos pelo país (ROBB, 2002).

A sociedade indiana, que por longos anos viveu dentro de uma padronização e acomodação por parte de seu governo, no período moderno tomou novas formas, status e as castas começaram a ser reavaliadas. Começou a dar resultados, dentro das comunidades mais rígidas, demonstrando um desenvolvimento mais amplo, ainda que a persistência de normas coloniais ainda fosse presente. As mudanças ocorrerão a níveis intelectuais, comerciais e afetaram principalmente a parte superior da sociedade, ou seja, as altas castas (ROBB, 2002).

Toda essa tendência das castas limitou o impacto das inovações por parte do domínio britânico colonial com relação a direitos individuais, propriedade privada e leis que poderiam ter sido propostas para incentivar maneiras alternativas de identidade das classes econômicas ao invés de castas. Por contrário, tais mudanças foram feitas justamente para servir de crescimento aos sistemas de castas (ROBB, 2002).

No cenário colonial, a ideia de sociedade civil como o domínio das relações de mercado e direito civil já existiam antes e independente do Estado e tinham uma validade necessariamente limitada, de modo que o Estado colonial nunca poderia aceitar a sociedade civil como uma *“arena of freedom, as a domain of free individual citizens; the purpose of civil society was to accommodate subjects – who were expected to legitimize alien rule – rather than citizens”*<sup>5</sup> (PRAKASH, 2002, p. 28). Essa intromissão do Estado na sociedade não foi um mero acidente político, mas uma condição fundamental para o império.

De acordo com Burton Stein (2010), no período védico, o desenvolvimento das castas foi fraco o suficiente para unir os grupos em comum. Há evidências que nesse mesmo período a posição das mulheres foi maior do que era para ser em séculos posteriores. Para filhos e filhas, a educação era dada consumada no tempo, tanto memorizando os hinos como instruindo-os de seus significados. Nos hinos, os sexos feminino e masculino aparecem nesse

---

<sup>5</sup> Tradução livre: "Arena da liberdade, como um domínio de cidadãos individuais livres; O propósito da sociedade civil era acomodar os sujeitos, que se esperava que legitimassem a regra dos estrangeiros, ao invés dos cidadãos". O conceito de alien rule seria um termo alheio ao ser humano, ou seja, que em nada se identifica, uma espécie de governança extraterrestre"

Disponível: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_06/N1/Vol\\_vi\\_N1\\_27-40.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_06/N1/Vol_vi_N1_27-40.pdf)>. Outubro, 2016.

período sendo iguais. Os textos são frequentemente moldados em forma de diálogos em que as mulheres aparecem com frequência, logo especulou-se durante anos se eram hinos compostos, de fato, por mulheres.

O número de grupos que caíram na deteriorização da intocabilidade aumentou durante a era medieval e tiveram que trabalhar nos campos dos outros devido à condição de sem-terra. A intocabilidade foi descrita em textos de dharma como resultado de práticas consideradas poluidoras. Esses grupos específicos eram frequentemente proibidos de viver nos principais assentamentos e foram excluídos de boa parte da sociedade (STEIN, 2010).

Já na contemporaneidade, o conjunto de complexos interligados as forças sociais reuniram-se durante o século XIX e produziram uma nova alternativa social com bases fragmentadas em castas e seitas estabelecidas com configurações regionais. Essas configurações e transformações sociais começaram com o período pré-colonial do século XVIII e moldado pelas políticas coloniais do século seguinte. De certo modo, um dos problemas está no molde das instituições indianas que foram constantemente sujeitas a demandas imperiais que deixaram práticas opressivas no novo conjunto e transformações sociais (ROBB, 2002).

Contudo, ao longo dos anos, as autoridades políticas e sociais têm influenciado no comportamento e nas ideias da casta. Há um caráter civilizatório das castas que ainda persistem na resistência do ‘varna’ e do ‘jati’ ao longo do tempo e do espaço dentro, tanto da religião indiana, como de todo o sistema do país. Não há um único aspecto que define a importância das castas, nem a ocupação, nem o casamento, muito menos a ideia de poluição na classificação de um determinado grupo, pois podem ser identificados em tantas outras civilizações. Também, vai além da mera existência de uma hierarquia. A maior discussão presente sobre as castas não é somente o seu caráter original ou suas transformações ao longo dos milênios, mas justamente a sua permanência (STEIN, 2010).

Ao que se faz importante para a pesquisa, no próximo tópico analisar-se-á o papel da mulher dentro da construção da sociedade indiana e como ao longo dos anos não só a permanência de um sistema de castas opressor como os moldes impostos as mulheres perpetuaram ao longo dos anos dando-lhes condições indignas e um retrocesso constante em todos os extremos da luta diária.

## **2.1 As formas de violências e os impactos sobre as mulheres indianas**

Na Índia antiga a escuridão já permeava como um aspecto da sociedade durante os séculos imperiais. A degradação da mulher era um dos fatores dessa escuridão tendo em vista que religiosamente, como no hinduísmo a tradição não foi institucionalizada como nas heterodoxias do budismo e do jainismo. Alguns fatores, mais tarde, foram considerados como únicos caminhos para a libertação espiritual, melhor detalhada durante o texto.

Os homens hindus, com castas superiores, passavam por várias fases em suas vidas. Inicialmente com o nascimento recebiam o cordão sagrado e tal prática era considerada como um novo nascimento; posteriormente a fase de estudante, quando as castas superiores estudavam livros como os Vedas; a fase do casamento, quando o homem torna-se chefe de família e por fim a fase eremita, quando o homem já idoso, aposentado, medita ao lado de sua esposa ou, em alguns casos, sem a esposa, pois preferem chegar à fase solitária tranquilamente (STEIN, 2010).

Desde que o homem hindu estabeleceu um período adequado da vida para ter uma esposa, o papel das mulheres dentro da sociedade apresentaram dificuldades ao fato que, ao contrário da ascética monástica, uma filosofia de vida na qual são refreados os prazeres mundanos com práticas virtuosas e com objetivo de adquirir espiritualidade, o homem hindu foi exortado a ter filhos e não poderia evitar mulheres ou sexualidade. Dessa forma, a mulher deveria tratar de sua sexualidade como algo positivo entendendo, por exemplo, que os homens eram naturalmente mais exigentes que elas e se a mulher não estivesse radiante com a beleza não atrairia seu esposo e, sem atrativos a ela, nenhuma criança nasceria como fruto (STEIN, 2010).

Nessa mesma ótica de dependência e consequência, a descrição de textos antigos, estabeleciam regras de dependência feminina em todas as fases de sua vida. Aqui notemos que ao mesmo tempo em que nos escritos os homens detinham de fases de nascimento durante a vida, a mulher também detinha, mas como forma de dependência de uma figura masculina sempre. Uma mulher era sempre dependente. Quando criança está sujeita a seu pai e na juventude ao marido. Nesse sentido, Burton Stein (2010) afirma que os textos médicos de Ayurved<sup>6</sup> e até mesmo o Dharma Shastra de Manu<sup>7</sup>:

---

<sup>6</sup> Ayurved é o nome dado ao conhecimento médico desenvolvido na Índia. Foi um dos mais antigos sistemas medicinais da humanidade com cerca de sete mil anos. A palavra ‘Ayurveda’ significa, em sânscrito, Ciência (veda) da vida (ayur).

<sup>7</sup> Aceita como um dos braços suplementares de Vedas, tradicionalmente Leis de Manu ou Darma Shastra é um dos livros padrão no cânone Hindu e um texto básico para os gurus. É uma espécie de escrita revelada que compreende cerca de 2684 versos, divididos em doze capítulos que apresentam as normas da vida doméstica, social e religiosa na Índia sob a influência brâmane, e é fundamental para a compreensão da antiga sociedade indiana.

By a girl, by a young woman, or even by an aged one, nothing must be done independently, even in her own house. In childhood a female must be subject to her father, in youth to her husband, [and] when her lord is dead to her sons; a woman must never be independent<sup>8</sup> (STEIN, 2010, p. 88).

Textos religiosos como Dharma Shastra de Manu consideravam “*child brides*” normalmente como crianças menores de idade apropriadas para homens mais velhos e dessa maneira começou a se ter uma classificação de casamento como o maior prestígio em que o pai apresenta a filha como um presente a um homem. Essas classificações serão dadas de acordo com dotes; se não houve dote, ou se a família do noivo pagou pelo da noiva, o casamento é classificado como abaixo, de forma que concretiza-se um casamento com sementes da maldição do dote (STEIN, 2010).

Esse *ranking* como uma condição já estabelecida da maldição do dote tornou-se, mais tarde na Índia moderna, um problema social entre todas as classes, casta e religiões. Esses problemas surgiram justamente por violências estruturais e diretas. O que Burton Stein (2010) vai chamar de *Love marriage*, quando o casal escolhia seu parceiro por atração sexual mútua causaram danos a famílias indianas. Alguns desses danos começaram a ser acompanhados por saques e mortes da família da noiva, já que os dotes são os pais da noiva que pagam, além de casos decorrentes de estupros. Com tais acontecimentos, o ato de escolher o casamento e o casamento por amor acabou tendo uma imagem ruim pelos atos bárbaros cometidos como justificativa e acabou tendo uma aceitação ruim na Índia.

O papel da mulher revelou grandes confusões e inconsistência nos escritos Shastra<sup>9</sup>. De um lado existiam restrições contra elas e de outro uma série de versos que salientavam a importância de honrar as relações femininas. Nessa passagem podemos ver o segundo caso, em que honrar as relações feministas é visto como algo vital:

Where women are honoured, there the gods are pleased; but where they are not honoured, no sacred rites yield rewards. Where female relations live in grief, the family soon wholly perishes; but that family where they are not unhappy ever prospers<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Tradução livre: “Por uma menina, por uma jovem mulher, ou mesmo por um idoso, nada deve ser feito de forma independente, mesmo em sua própria casa. Na infância uma fêmea deve estar sujeita a seu pai, na juventude a seu marido, [e] quando seu senhor está morto a seus filhos; Uma mulher nunca deve ser independente”. Disponível: <<http://www.investigacioneshistoricaseuroasiaticas-ihca.com/files/HISTORYINDIA-BurtonStein.pdf>>. Outubro, 2016.

<sup>9</sup> Os escritos Shastra são sagrados dentro do hinduísmo. Neles encontram-se ensinamentos tradicionais dos sábios ortodoxos, algumas instruções canônicas para cerimônias domésticas, algumas obras de leis seculares e religiosas que envolvem homens e mulheres na sociedade indiana.

<sup>10</sup> Tradução livre: “Onde as mulheres são honradas, ali os deuses estão satisfeitos; Mas onde não são honrados, nenhum rito sagrado produz recompensas. Onde as relações femininas vivem em sofrimento, a família logo perece completamente; Mas aquela família onde eles não são infelizes prospera sempre ” Disponível: <<http://www.investigacioneshistoricaseuroasiaticas-ihca.com/files/HISTORYINDIA-BurtonStein.pdf>>. Outubro, 2016.

Já nessa outra passagem, observa-se a violência estrutural posta à mulher. A relação gentil que deveria exercer com relação ao seu esposo de forma imposta com consequências boas se o ato fosse praticado fielmente:

though destitute of virtue, or seeking pleasure elsewhere, or devoid of good qualities, [yet] a husband must be constantly worshipped as a god by a faithful wife ... if a wife obeys her husband, she will for that [reason alone] be exalted in heaven. A faithful wife, who desires to dwell [after death] with her husband, must never do anything that might displease him who took her hand, whether he be alive or dead. In reward of such conduct, a female who controls her thoughts, speech and actions, gains in this [life] highest renown, and in the next [world] a place near her husband<sup>11</sup>(STEIN, 2010, p. 89).

Os textos religiosos antigos tornam-se em alguns momentos discordantes. Conforme relatam que a mulher, um filho e um escravizado são seres que não devem ter nenhuma propriedade e todas as suas riquezas, adquiridas ou ganhas, não devem pertencer a eles, porém encontra-se discordante quando afirma que os dotes que foram dados as mulheres, em sinal de amor, é propriedade seis vezes de uma mulher, ou até mesmo um presente dado á ela por seu esposo deve ir a sua prole caso ela morra antes do esposo. Contudo, outros manuais ortodoxos como Tryambaka no século XVIII para as esposas ortodoxas de Tanjavr (Sahagamana)<sup>12</sup>, no sul da Índia, recomendava-se que mulheres deveriam morrer com o marido. Nesses casos, a viúva passa a ser maltratada e vive com condições miseráveis com refeições limitadas, fazendo tarefas destinadas às castas baixas, usando roupas velhas, não podendo frequentar festas e comemorações (STEIN, 2010).

Essa vida penitencial foi ordenada à viúva porque a sociedade deu-lhe um peso de suspeita pela morte prematura do marido. Nos escritos, essa morte prematura diz respeito ao ciclo claro da natureza em que a mulher deve morrer antes que o esposo e por isso a viúva fica, pela sociedade, com a culpa. Seu pecado era provavelmente a infidelidade em uma vida anterior, quando não na atual (STEIN, 2010).

Descrever essas posições e praticas tomada por determinados escritos pode fazer com que o leitor pense que são somente relatos de um passado distante indiano, mas não somente do passado, essas praticas ainda encontram-se vivas e recorrentes na Índia de hoje, como é o

<sup>11</sup> Tradução livre: "Embora destituído de virtude, ou buscando prazer em outro lugar, ou desprovido de boas qualidades, [ainda] um marido deve ser constantemente adorado como um deus por uma esposa fiel ... se uma esposa obedece seu marido, ela será exaltada no paraíso. Uma esposa fiel, que deseja morar com seu marido, nunca deve fazer nada que possa desagradar aquele que lhe tomou a mão, viva ou morta. Em recompensa de tal conduta, uma mulher que controla seus pensamentos, fala e ações, ganha nesta [vida] mais alto renome, e no próximo [mundo], um lugar perto de seu marido"  
Disponível:<<http://www.investigacioneshistoricaseuroasiaticasihea.com/files/HISTORYINDIABurtonStein.pdf>>  
. Novembro, 2016.

<sup>12</sup> Sahagamana significa "ir com", "morrer com" e denota que a mulher fez um voto para proteger o marido enquanto ele estiver vivo e depois de sua morte a mesma morrerá com ele.

caso da tentativa de reviver o costume da viúva Sati<sup>13</sup> nas últimas décadas, além de práticas como o casamento infantil, casamento forçado, trocas de dotes, etc.

O sati, de acordo com Silvio Ruiz Paradiso (2013), tornou-se um modo de proteger o homem devido ao medo de ser assassinado pela esposa. Já que a escolha é feita pelos pais e imposta à mulher de forma cruel em que muitas vezes são crianças, o homem acaba então se baseando na ideia de que, caso morra, ele leva a esposa supostamente culpada consigo, causando medo e demonstrando um controle para que isso nunca mais aconteça com outro.

As condições de melhoria para as mulheres sempre foram promessas quebradas. O início do século XIX foi marcado por algumas reformas sociais e nesse mesmo período o infanticídio feminino e sati foram denominadas ilegais pela dominação estrangeira. Esse mesmo século derivou debates quanto às viúvas que eram consideradas como um problema social. O censo de 1881 demonstrou que boa parte de todas as castas tinham mulheres viúvas com o mesmo problema e dessa forma começou-se a ver, por parte do sexo masculino, tanto indiano como britânicos, que viúvas jovens – cujo casamento ainda não tinha sido consumado – eram fontes de perigosos para a sociedade. Desse modo, Gandhi afirmava que o remédio era deixá-las casar novamente. Mas a visão de Gandhi era contraditória, pois também afirmava que uma vez o casamento consumado, uma viúva nunca deveria casar-se novamente (STEIN, 2010).

Assim como qualquer imposição e tentativa de reformular o pensamento indiano, os reformadores fracassaram na questão do incentivo aos homens para casar com viúvas, pois boa parte do sexo masculino não aceitava sequer a ideia. Então, houve uma atenção ao aumento da idade do consentimento; ou seja, a idade em que as relações sexuais com meninas, mesmo dentro do casamento, tornaram-se legais. Porém, essa nova reforma não resolvia o problema das jovens viúvas. Antes não se tinha uma idade mínima para o casamento, e só a partir de 1860, a idade do consentimento passa a ser de dez anos; Essa repercussão causou grandes constrangimentos nas indianas que recolheram assinaturas em uma petição para que a idade do consentimento passasse para doze anos e encaminharam para rainha Victoria. Tal petição foi aprovada em 1881. Até meados de 1929, a idade de casamento fixou-se aos quatorze anos para as meninas e dezoito para os meninos, entretanto a lei Hindu de 1955 definia a idade mínima de dezoito anos para meninas hindus o que era

---

<sup>13</sup> *Sati* feminino, de *sat*, ou “verdade” é uma prática funeral comum na sociedade indiana pré-colonial e colonial. A prática consiste em que a viúva seja lançada à pira crematória voluntariamente para que esta possa servir ao esposo no além-túmulo.

Disponível: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/uniletras/article/download/6014/4189>>. Novembro, 2016.

acima da idade aprovada até então, mas cada comunidade religiosa determinava essas questões de forma própria (STEIN, 2010).

Algumas outras vias foram tomadas para melhorar as condições das viúvas. Um dos pontos era a educação. A educação era um passo importante e susceptível para se casar mais tarde e seria ainda mais benéfico para as viúvas, uma vez que quando uma mulher se casa, ela deixa de ser responsável de sua família e quando se é viúva, muitas vezes é repudiada ou maltratada. Logo, para tentar solucionar esse processo, foram abertas novas escolas durante o século XIX e XX (MOTA, 2013).

Em decorrência dessas mudanças, o século XX marcou uma média crescente da idade do casamento para os homens, de forma que aproximadamente no ano 1901 era treze anos a faixa etária e por volta de 1961 já tinha subido para cerca de dezesseis anos. Já para o sexo feminino manteve-se sempre baixa. No mesmo ano de 1901 cerca de dez por cento dos homens eram alfabetizados e apenas um por cento das mulheres eram; a alfabetização masculina subia enquanto a taxa feminina situava-se baixa em 1951 e mesmo que parte do sexo feminino pudesse ler alguns anos mais tarde, a porcentagem ainda era inadequada para alterar o estatuto da mulher na maior parte da Índia. Ainda mais preocupantes eram os números em zonas rurais, principalmente comparados aos locais urbanos (MOTA, 2013).

Decorrente de tais relatos, diversas outras formas de discriminação sofrida pelo sexo feminino não foram corrigidas e na maioria das vezes foram institucionalizadas. Por exemplo, as questões de divórcio na lei Hindu Marriage Act de 1955 que permitia por iniciativas de ambos os sexos, mas não conseguia atribuir a mesma posição para o sexo feminino por afirmar que as reivindicações não tinham motivos razoáveis como a dos homens, mesmo quando na lei afirmava-se que o divórcio poderia ser obtido sobre os mais diversos motivos. A lei de 1955 permitiu o casamento entre castas diferentes (MOTA, 2013).

De acordo com Neto (2009) a influência de Mahatma Gandhi ajudou a adotar uma nova Constituição que entrou em vigor em vinte e seis de janeiro de 1950 e preconizava a abolição da 'intocabilidade' e a concessão de uma detalhada lista de direitos democráticos na sociedade indiana. De acordo com o autor, a legislação atual fez com que modernos legisladores considerassem uma injustiça social tendo em vista que abolir o grupo social dos 'intocáveis' não melhorou a vida dos mesmos já que não se sentem confortados. Os hindus ortodoxos, rigorosos na tradição e lutadores por seus privilégios, opõem resistência a esta lei, nascida há cerca de 20 anos.

Outro exemplo que demonstra a violência estrutural por parte das próprias leis são os poderes destinados ao marido, por direito, poder exigir que sua esposa demita-se de seu

emprego e justificar a sua exigência com afirmações de serviços impróprios ou inconvenientes para ela. O dote, como sati, era originalmente um marcador de alto status hindu das castas e foi adotado por quase toda a população, pois o pagamento para os noivos e suas famílias aumentava o valor para o que chamavam de dama Kanya, ou seja, o dom de uma virgem. Essa prática foi considerada de mais prestígio que o pagamento para a família da noiva.

A lei de proibição do dote, que excluía os muçulmanos e o estado da Caxemira, nunca foi seriamente implementado. Para que as famílias das mulheres continuassem a ser submetidas à pressão das leis e adicionassem o dote pago no momento do casamento, sofriam com constrangimentos que incluíam o abuso das esposas infelizes. Essa prática levou a vários suicídios e assassinatos e mesmo assim a prática do dote aumentou durante o século XX levando milhares de mulheres ao perigo (STEIN, 2010).

O que começa a ser alarmante desde a década de 80 é o crescente do número de homens na população comparado ao de mulheres, dada à igualdade de nutrição e cuidados. A proporção entre homens e mulheres na população indiana continuou a declinar quanto aos números de mulheres em praticamente todo o século XX. Na década de 90 havia uma média de 972 mulheres para cada mil homens (STEIN, 2010); e essa média continuava variando regionalmente. Estados como Kerela, Orissa e Tamil Nadu demonstraram proporções maiores do que a Caxemira, Rajastão e Punjab que demonstravam porcentagens ainda menores.

Interessante ressaltar que na Índia, como em alguns outros países, há tentativas deliberadas de infanticídio feminino, ou em casos que a mãe opta por ter a menina, o cuidado diferencial em relação à nutrição e tratamentos médicos. Em 2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerou uma perda de 200 milhões de meninas e que a maioria foi em países como a Índia e a China. Baseado nesse número alarmante declarado pela ONU, Evan Grae Davis, um norte americano com grande experiência no assunto, concedeu uma entrevista ao “MercatorNet” e afirmou que as práticas do ‘feminicídio’ é um dos maiores problemas de direitos humanos e a maior forma de violência contra mulheres no mundo de hoje. O autor afirma que a mentalidade de preferência pelo filho homem ainda predomina em culturas como da Índia e que isso é reflexo de tradições seculares que dizem que os meninos são mais valiosos que as meninas. Só os meninos mantêm o nome da família, herdaram bens e realizam os últimos ritos dos pais quando eles morrem. Já as meninas se unem à família do marido após o casamento e já não são mais consideradas parte da família. Um exemplo das heranças seculares de preferência por meninos está também influenciado pelo costume do dote, pela qual as famílias frequentemente devem pagar grandes quantias de dinheiro, ouro e terras à



família do marido quando a filha se casa. O custo alto de assegurar maridos para as filhas faz com que evitem ter mais de uma filha ou não ter nenhuma.

Em um determinado momento da entrevista, Evan Grae Davis relata:

No sul da Índia, escutar uma mulher relatar como ela mesma tinha estrangulado oito de suas próprias filhas recém-nascidas em sua busca pelo filho homem, foi para mim a entrevista mais impactante e difícil. Ela falava de uma forma tão natural, às vezes sorrindo, enquanto explicava como não poderia arcar com a criação de meninas, e dizia coisas como: “as mulheres têm o poder de dar a vida e o poder de retirá-la”. Ela nos contou que tinha sido entregue em um casamento arranjado quando era jovem. Tinha 15 anos quando isso aconteceu, era boa estudante e tinha grandes projetos para o futuro. Mas foi entregue como segunda esposa do marido da sua irmã, porque esta não podia ter filhos. Ela então teria de dar um filho varão para o esposo<sup>14</sup>.

Nessa descrição da entrevista, nota-se que o feminicídio é, em muitos casos, um produto da cultura em que esta mulher vivia. Essa mulher estava, por aspectos culturais, submissa desde o seu nascimento a aceitar as visões tradicionais sobre seu valor e seu lugar como mulher.

Como pela cultura indiana ressalta-se a importância de se ter um filho do sexo masculino, e pela possibilidade de determinar o sexo fetal, práticas de abortos em casos de sexo feminino indesejado têm crescido durante os anos. O uso de ultrassonografias para descobrir o sexo dos filhos foi duramente barrado na Índia. Essa medida foi tomada uma vez que as mães queriam realizar o exame para detectar o sexo da criança para tomar a decisão de fazer um aborto ou não, poucas eram as procuras com questões ligadas ao bem estar e a saúde da criança. Muitas clínicas clandestinas passaram a lucrar com isso na Índia, uma vez que com a proibição, indianas procuravam clínicas dessa origem para realização do exame. O objetivo é saber se deve tirá-lo, caso seja menina (MANSILLA, 2010).

De acordo com Mansilla (2010) os dados mostram que o infanticídio e feticídio feminino não são diretamente associados à pobreza, como muitos pensam. Na verdade é completamente oposto, já que valores mais desfavoráveis de infanticídio feminino ocorrem entre as classes médias urbanas e entre famílias onde as mulheres tem educação superior.

Outro fator importante a ser ressaltado são as questões de empregos. Diferentemente do sexo masculino, o sexo feminino, mesmo com avanços nos negócios, continua a ser empregado profissionalmente em atividades domésticas e agrícolas além de formas salariais bastante inferiores. Para que se tenha uma noção dos níveis altos de mulheres trabalhando no ramo agrícola, no ano de 1911, de acordo com Stein (2010) três quartos das mulheres que

---

<sup>14</sup> Disponível: <[http://www.mercatornet.com/articles/view/its\\_a\\_girl\\_the\\_three\\_deadliest\\_words\\_in\\_the\\_world](http://www.mercatornet.com/articles/view/its_a_girl_the_three_deadliest_words_in_the_world)> Novembro, 2016.

trabalhavam eram cultivadoras ou trabalhadoras agrícolas; anos depois, em 1961 esse número dobrou e a proporção foi marginalmente maior e ao ano de 1991 o número foi superior a 80%. Mesmo tendo em vista que quase 70% da população tira seu sustento de recursos da terra, as mulheres contribuem com uma estimativa superior a 60% do total do trabalho envolvido na produção agrícola. Esses números altíssimos, mesmo como trabalhadoras agrícolas, deteriorou a posição da mulher.

Segundo informe do Fundo Monetário Internacional (FMI) a participação feminina, até 2015, na força de trabalho está entre as mais baixas dos mercados emergentes e de outros países de características similares. Na Índia instalou-se um debate sobre igualdade de gênero nos cargos altos dentro das juntas diretoras das empresas, no qual as mulheres constituíam cerca de somente 5% dos integrantes, a menor de todos os países do grupo de economias emergentes do BRICS. Com isso, em 2013 foi aprovada uma lei que exigia que todas as empresas registradas na bolsa de valores tivessem pelo menos uma mulher em sua diretoria até o ano seguinte. Porém o prazo precisou ser ampliado uma vez que pouquíssimas companhias atenderam a lei<sup>15</sup>.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a participação das mulheres indianas na força de trabalho caiu de trinta e três por cento em 1991, para vinte e sete por cento em 2013. Já entre 2011 e 2012 havia menos de vinte por cento de mulheres entre os trabalhadores dos setores agrícolas. Contudo, nota-se que a participação feminina continua particularmente baixa em diversos setores e há um aumento considerável em meios informais. Segundo a mesma fonte, entre o ano de 2009 e 2010 o número de mulheres dedicadas às tarefas domésticas não remuneradas subiu de cinquenta e sete por cento nas cidades entre as que tinham títulos de graduação com uma relação de trinta e um por cento registrados entre seus pares rurais com educação primária e média<sup>16</sup>.

Os dados acima demonstram que a mecanização e a incorporação de novas tecnologias na agricultura e na construção levaram a uma continuidade da masculinização do emprego para algumas tarefas nesses setores. Indianas com ensino superior ainda continuam sofrendo explorações e assédios no mercado profissional mesmo estando aptas a exercer.

Até o início do século XX, aproximadamente oitenta por cento dos recursos naturais da Índia eram propriedades comuns, porém, nos dias atuais apenas cerca de cinquenta por cento são propriedades privadas e os restante está sob controle do governo indiano. Nesses

---

<sup>15</sup> Disponível: < <http://www.imf.org/external/pubs/cat/longres.aspx?sk=42785.0>>. Novembro, 2016.

<sup>16</sup> Disponível: < <http://www.ipsnews.net/2015/03/theres-no-such-thing-as-equality-in-indias-labour-force/>>. Novembro, 2016.

recursos comuns, as mulheres são os usuários mal geridos e deteriorados já que não tem acesso a recursos básicos, pois boa parte dos títulos – em sua maioria – foram dado aos homens e aos funcionários do governo. Com as taxas diminuindo no ramo da agricultura e tendo em vista que boa parte desses serviços é destinado as mulheres, a diminuição do controle das mulheres em papéis importantes sobre a produção de alimentos e renda tem sofrido uma relativa perda de status e um aumento significativo na violência contra as esposas nos últimos anos.

De acordo com Peter Robb (2002), tanto na Índia como na Europa a maioria das mulheres e homens detinha papéis distintos, mas interdependentes dentro das famílias patriarcais. As lavouras tendiam a ser trabalhos dos homens e outros, como trabalhos no campo, foram partilhados entre homens e mulheres. As mulheres engajadas nos trabalhos domésticos e no jardim. Não havia nada necessariamente igualitário sobre as famílias, principalmente quando visto do ponto de vista das mulheres. Embora naturalmente como em todos os regimes as mulheres poderiam ser influentes dentro das respectivas esferas e no poder pessoal através de seus filhos e esposos.

Na Europa, uma reavaliação das tarefas domésticas ocorreu com a expansão do mercado de inovações e produções tecnológicas, aumentando a importância relativa dos papéis masculinos e preparando o caminho para os pós-diferenciações do Iluminismo legalmente apoiadas entre homens e mulheres em termos de direitos e habilidades. Na Índia esse mesmo processo foi importado através do direito e do governo ocidental para reforçar as distinções existentes que foram, também, incentivados pela alta classe, especialmente para o isolamento das mulheres. Portanto, maiores oportunidades públicas para as mulheres, através de ideias liberais como a educação ou a lei, foram resistidas em nome da ortodoxia (ROBB, 2002).

O ex-ministro indiano, Jawaharlal Nehru, teve papel significativo no movimento das mulheres. Enquanto Nehru se opunha aos colegas que não desejavam ver nenhuma mudança entre homens e mulheres, ou na estrutura de classes, ele desempenhou papel importante na luta. Embora diversas vezes rebatidos durante sessões no Parlamento, Nehru queria que sua passagem pela política fosse com medidas de apoio aos familiares e referia-se sempre com horror aos números de meninas indianas que cometiam suicídio com vergonha porque suas famílias não tinham condições e nem meios para organizar casamentos adequados a elas (ROBB, 2002).

A ideia do sufrágio feminino na Índia foi graças a Margaret Cousins<sup>17</sup>. Ativa nas imposições locais e governamentais na Índia, Cousins exigia melhores instalações para a saúde e educação das mulheres e a remoção de desqualificação feminina nas esferas de administrações locais e do governo. Mesmo com grandes repressões, o sufrágio das mulheres foi finalmente alcançado na Índia. Fundadora da Conferência All- Índia de Mulheres, Cousins conseguiu tornar a conferência o principal fórum de preocupações com as reformas sociais e educacionais em 1926. Mesmo com todo o engajamento de Cousins, até os anos 1970, os direitos de bem estar das mulheres continuaram a ser afirmado em nome da família ou melhoria nacional e, nessa mesma época, movimentos começaram a surgir sobre preocupações com a preservação da feminilidade. Esses movimentos começaram a resolver questões urgentes que afetaram mulheres de todas as classes e castas. Entre os assuntos tratados incluíram o casamento infantil, assédio sexual, dote, violência doméstica, estupro, exploração, subnutrição, trabalho extremo, procriação excessiva que por nenhuma surpresa afetavam as classes mais pobres (PANDE, 2014).

O Movimento de Mulheres começou na Índia como um movimento de reformas sociais, na era da pré-independência no século XIX. Nesse período, ideias ocidentais de liberdade, igualdade e fraternidade eram absorvidas por parte da elite através de estudos ingleses e do contato com o Ocidente. No Ocidente, em especial, havia um liberalismo que acabou estendendo-se para questões femininas e traduziu-se em movimentos de reforma social que não foram homogêneas e variaram nas questões de ideias e mudanças adotadas, mas compartilhavam de uma preocupação: acabar com os males sociais e acusações dos governos coloniais, pois era um período de controle e influência da ideologia colonial (PANDE, 2014).

Não se pode negar que os movimentos de reformas sociais ajudaram a remover preconceitos contra as mulheres e deu-lhes um espaço na esfera pública, de forma que antes o único espaço disponível era na esfera religiosa. Anteriormente aos movimentos, esse espaço disponível, dentro do budismo e do jainismo, ofereciam esse espaço, mas as mulheres tinham que escolher entre suas famílias e a religião; Caso a escolha fosse a religião, as mesmas

---

<sup>17</sup> Margaret Cousins foi ativista, feminista e teósofo. Fundou a Associação Indiana das Mulheres em 1916, desenvolveu campanha em demandas para a educação das mulheres e contra o casamento infantil, levando à Conferência All-Índia de Mulheres, de 1926, a Conferência de Mulheres em 1931. Em 1932 passou um ano na prisão para apoiar Gandhi na campanha da liberdade de expressão. Além de publicar livros ao longo de sua vida sobre os direitos das mulheres indianas. Disponível: <<http://www.irishtimes.com/news/margaret-cousins-1878-1954-1.553435>>. Novembro, 2016.

deveriam abandonar suas casas e tornar-se parte da Sangha. Alguns movimentos como o Bhakti, no período medieval trouxeram a religião para os mais oprimidos e os setores mais marginalizados da sociedade e as mulheres. Para as mulheres esse movimento oferecia um lugar para que ela conseguisse sair do controle patriarcal e durante o processo conseguir sua independência (PANDE, 2014).

Ao longo das lutas pela libertação, na qual um grande número de mulheres participava, elas estavam apenas em função de apoio uma vez que só podiam assumir a liderança quando os homens estivessem presos. Mas, devido aos grandes esforços dentro da luta pela liberdade que as mulheres conseguiram alcançar o direito ao voto e igualdade na constituição da Índia. Mesmo quando artigos dentro da Constituição conferem ao Estado o poder para atender as necessidades das mulheres criou-se um grande abismo entre a teoria e a realidade (PANDE, 2014).

Após a independência, a Índia lidou com problemas como a migração, separação de uma maioria de pessoas e pela violação da violência pública em Bengal e Punjab. Depois, a guerra em Kashmir, a separação do poder, o perigo da fragmentação do território e o deslocamento econômico. Todos esses acontecimentos conseguiram ir de encontro e afetar mais as mulheres, pois além de anos de dominação colonial que já havia destruído as técnicas nativas e os recursos naturais, a tecnologia, a industrialização, analfabetismo resultaram na inabilidade das mulheres que enfrentaram a nova ordem. Todo esse processo desconsiderou o trabalho das mulheres e até mesmo o seu papel na família tornou-se marginal (PANDE, 2014).

No período pós-independência questões das mulheres foram incorporadas. Atentou-se para a crescente necessidade por igualdade e redução da pobreza, mas não havia programas específicos para defender essas questões. Mesmo com o envolvimento das mulheres em movimentos não havia de fato uma abordagem em assuntos que envolvessem a opressão delas como mulheres até os anos 70. Após esse período surgem algumas organizações não governamentais pensando e agindo em prol do desenvolvimento de mulheres e possibilitando que com suas visões e objetivos possibilite a elas um maior espaço para expressar e questionar seu papel na sociedade (PANDE, 2014).

No próximo capítulo abordar-se-á questões atuais sobre o papel da mulher dentro da sociedade indiana. O foco será apresentar, junto a dados atualizados, como as violências propostas por Galtung abordadas no capítulo um ainda encontram-se fortemente enraizadas na Índia. Faz-se necessário demonstrar que ser do sexo feminino ainda é a sentença que mais mata no mundo.

### **CAPÍTULO III – AS FORMAS DE VIOLÊNCIAS NA ÍNDIA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DENTRO DA SOCIEDADE**

Ao redor do mundo tem havido relações próximas entre os movimentos de mulheres e o feminismo. Ambos se inspiram e enriquecem mutuamente ao longo dos anos. As feministas pedem mudanças na ordem socioeconômica, cultural ou política para que se reduza e finalmente seja possível superar discriminações contra as mulheres, dando-lhes uma sociedade igualitária onde a justiça de gênero<sup>18</sup> seja finalmente alcançada.

O patriarcado<sup>19</sup>, caracterizado dentro de uma relação de subordinação e poder no qual o homem é a figura central e dominante, tem configurado violência contra as mulheres indianas. São inúmeras as evidências de que a sociedade indiana é dominada por homens como, por exemplo, a proporção desigual entre o homem e a mulher, a crença de que a mulher deve servir ao homem, o infanticídio feminino e a perpetuação de servidão que passa desde a infância até o casamento. O grau de poder que os membros da família indiana gozam nas relações familiares depende de seu gênero, status e função. Dentro da cultura familiar indiana a interdependência é mais valiosa que a independência dos membros. Raramente nota-se algum desejo pessoal que não seja subordinado aos desejos da família ou imposto à mulher. Os homens e aqueles mais velhos servem como guias para as tomadas de decisões de toda família além de adequar os comportamentos a cultura e individual (PANDE, 2014).

Contudo, algumas coisas são contraditórias, como, por exemplo: A Constituição indiana prevê a igualdade de gênero. O parlamento (1990) criou a Comissão Nacional destinada a proteger os direitos das mulheres. A Índia tem ratificado convenções prevendo a eliminação da discriminação contra as mulheres. Com a criação do 5º Plano de Cinco anos, de 1973 a 1978, o país tem mudado abordagens considerando os problemas das mulheres e não

---

<sup>18</sup> De acordo com o dicionário de Relações Internacionais, as questões de gênero têm levado a argumentos simplistas que tem reproduzido as dicotomias com influência do gênero. Ainda afirma que “o poder como poder sobre “outros”, a autonomia como reactiva e não relacional, e a política internacional com base na ausência da mulher e na negação das políticas domésticas. Isto torna as mulheres e o gênero invisíveis, porque falha em perceber o significado político de divisões fundamentais baseadas no gênero, institucionalizadas a nível público e privado no Estado e no sistema de Estados. Também ignoram as actividades políticas e o activismo das mulheres, quer se estejam a mobilizar para a guerra, quer protestem ou organizem campanhas de reconhecimento dos seus direitos fundamentais” Para isso a justiça de gênero seria toda aquela mudança necessária de poder e na ordem mundial que considerem as mulheres dentro desse cenário e que as mesmas sejam reconhecidas. Disponível: <<https://politica210.files.wordpress.com/2015/05/dicionario-das-relac3a7oes-internacionais.pdf>>. Novembro, 2016.

<sup>19</sup> Para a análise em questão, o termo é abordado como uma espécie de organização social que beneficia o homem em detrimento da mulher.

apenas o progresso econômico e o desenvolvimento indiano. Mas, mesmo com todas essas ações, o estatuto da mulher indiana continua a ser inferior ao dos homens (MOTA, 2013).

Esse grande mito sobre a igualdade para as mulheres foi abordado pelo relatório *Toward Equality Report of 1974*. O mesmo chama atenção para o fato de que, mesmo havendo muitas leis sociais progressistas que tentam garantir os direitos das mulheres constitucionalmente, os status das mulheres indianas ainda continuam sendo inferiorizados. Ainda aponta o descontente fato de que a sociedade ainda não mudou suas estruturas em normas e instituições para que a mulher exerça seus diversos papéis. As questões de dote ainda vêm ajudando de forma considerável a regressão no processo de normas que foram desenvolvidas durante o movimento de libertação e continua reduzindo drasticamente o status das mulheres (TOWARDS EQUALITY, 1974).

A violência contra as mulheres ainda tem grande força dentro do consentimento pelos costumes sociais e, muitas vezes, são vistas como parte integrante de sua vida como uma espécie de predestinação. Outra forma de violência tem sido as questões com educação. Mota (2013) relata que autoras como Longwe (1998) vão distinguir dois tipos de educação para as mulheres: em um primeiro momento consistiria na escolarização, no qual vai considerar a contribuição para o papel de subordinação da mulher nas sociedades patriarcais afirmando que a escolaridade permitiria um maior acesso ao mercado de trabalho e melhores condições econômicas, mas que seriam necessários outros meios para o combate à desigualdade de gênero. Já em um segundo momento, a autora afirma que passa pela educação para o empoderamento da mulher. Essa questão de empoderamento feminino, Longwe (1998) afirma que seria o processo pelo qual as mulheres viriam, coletivamente a reconhecer e abordar as questões de gênero que se interpõem no caminho e que barra o avanço, logo, pressupõe que a mudança no estatuto da mulher implicaria uma transformação nessa sociedade patriarcal, ou seja, é necessário que a educação ultrapasse a escolarização convencional e conservadora indiana que atribui o baixo estatuto social e econômico das mulheres à falta de qualificações e que ensina meninas a aceitarem sua situação sem questionar a autoridade patriarcal imposta a elas.

No ano de 2014, o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD com o debate focado no sustento e progresso humano para reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência, já focava, em um dos seus capítulos, nas pessoas vulneráveis. Em uma parte destinada para violência contra a mulher, Índia entra em pauta. O relatório afirma que acontecimentos ocorridos em 2012 e 2013 chamaram atenção para as proporções epidêmicas alarmantes de violência contra as mulheres. Com a grande repercussão da jovem que em 2012

foi violada fatalmente por uma gangue ou até acontecimentos ocorridos no Paquistão e no Cairo foram alvos no debate no qual afirma:

Estes acontecimentos são chamadas de atenção para o facto de que a violência estrutural contra as mulheres ainda é endêmica em todo o mundo e levanta sérios problemas à participação das mulheres na vida da sociedade, à segurança da comunidade, e à segurança em termos mais gerais. Cerca de um terço das mulheres em todo o mundo foi ou será vítima, pelo menos uma vez na vida, de violência sexual ou outra forma de violência física, mormente por parte de um parceiro íntimo (são estes os responsáveis, também, por quase 40 por cento de todos os feminicídios – realidade igualmente extensível aos assassinatos por questões de honra e relacionados com o dote) descritas como “vulnerabilidades relacionais” estruturais enraizadas em categorias específicas de relações sociais (PNUD, 2014, p. 75).

Para o PNUD (2014), a violência vem interferindo na possibilidade de as mulheres participarem de atividades econômicas fora de casa. Na Índia, a violência direta ou as ameaças de violência por parte dos maridos impedem muita das mulheres de participarem de reuniões para autoajuda. Nota-se que além de atentados contra o físico da mulher, a imposição cultural tem servido como meio de atentados à sua personalidade e dignidade. Esses meios de violência vêm infligindo às vítimas nas áreas de suas vidas e como consequência é perceptível um reflexo em seu caráter sistêmico, no qual o relatório afirma ser “uma forma de violência que não obedece a uma distribuição aleatória entre a população, mas é dirigida a um grupo específico em virtude de sua identidade enquanto grupo subordinado” (PNUD, 2014, p. 75).

O relatório ainda aborda questões como a inclusão na sociedade, afirmando que perante uma desigualdade horizontal – como meio de discriminação – torna-se necessário adotar novas medidas para que essa inclusão chegue à população como um todo e não somente grupos específicos. Mesmo quando experimenta-se aplicar intervenções políticas para combater a desigualdade horizontal com medidas indiretas – legislações preventivas e sanções – ou inclusões através de mudanças na educação as instituições sociais precisam reforçar a política do governo através de uma maior responsabilização e coordenações desses combates. Mesmo quando há uma maior participação da sociedade civil para articulação de interesses dos cidadãos, ainda existem necessidades sobre políticas mais efetivas por parte do governo. A vulnerabilidade, no caso da Índia, persiste por estar enraizada em exclusões históricas como é o caso dos Dalits que passam sofrimentos terríveis. Um exemplo claro nos casos de sociedades patriarcais em que as mulheres continuam a ser vítimas de discriminação e exclusão por causa de práticas culturais antigas (PNUD, 2014, p. 105).

Importante ressaltar que para proteger e promover os direitos e liberdades fundamentais das mulheres há diversos instrumentos internacionais específicos, os quais a Índia assinou e ratificou. Alguns dos mais importantes é a Convenção sobre a Eliminação de



todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) que foi o mais importante para a defesa dos direitos das mulheres em 1979. Seus objetivos foram centrados na prevenção e punição contra a discriminação às mulheres além de garantir o exercício dos direitos de igualdade com o homem. A Índia não só assinou a Convenção em 1980 como a ratificou em 1993. Outro exemplo é a Plataforma de Pequim que foi adotada na quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995. A plataforma e a declaração fornecem um conjunto de objetivos estratégicos que os governos devem tomar além da comunidade internacional, ONGs e setor privado para proteger os direitos humanos de meninas e mulheres promovendo a igualdade entre os sexos. Além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que foram oito objetivos contidos na Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000) que os governos de todo o mundo estiveram empenhados em cumprir até o ano de 2015 na Declaração do Milênio a igualdade de direitos e oportunidade entre homens e mulheres representando um fator fundamental das relações internacionais.

Mesmo com os exemplos citados acima, faz-se necessário demonstrar que em matéria de direitos humanos, a Índia não cumpre com suas obrigações na maioria dos casos. A Índia é somente um dos tantos países que continuam desempenhando um papel estável dentro do cenário internacional, mas, na prática, continuam descumprindo itens básicos e de necessidade universal. Até o ano de 2012 o país ainda não tinha ratificado a “Convenção contra a Tortura” e a “Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados”. Essa falta de comprometimento por parte do governo indiano é preocupante, tendo em vista que as forças de segurança recorrem à tortura habitualmente, além dos desaparecimentos forçados, os assassinatos extrajudiciais e as violências sexuais que continuam arraigadas no país.

O Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD do ano seguinte, 2015, demonstra disparidade dentro dos setores relacionados a emprego. Ainda que o relatório afirme que a relação entre o trabalho e o desenvolvimento humano seja sinérgica e que o trabalho tem reforçado o desenvolvimento humano garantindo rendimentos e meios de subsistência além de reduzir a pobreza e assegurar um crescimento equitativo, nota-se que quando colocado em um comparativo entre homens e mulheres a realidade passa longe de apenas palavras bonitas. Em linhas gerais o progresso humano tem sido em alguns aspectos, desigual. As privações humanas e o desenvolvimento humano têm sido desigual entre as regiões. Com dados de 2014, o PNUD (2015) demonstra que as mulheres em todo o mundo ganham menos 24% do que os homens e ocupavam cerca de vinte e cinco por cento dos cargos de gestão no mundo, sendo que trinta e dois por cento das empresas, em 2014, ainda

não tinham mulheres em cargos de responsabilidade. Em uma análise global, as mulheres, de acordo com o relatório, ocupavam apenas 22% dos mandatos nas câmaras únicas ou em câmaras baixas dos parlamentos nacionais.

A discriminação que mais comumente se verifica prende-se com o gênero, concretamente, no que se refere a cargos, remuneração e tratamento. [...] Contudo, existe também discriminação em razão da raça, etnia, deficiência e orientação sexual (PNUD, 2015, p. 7).

De acordo com o relatório “Women Workers in India: Why So Few Among So Many?” divulgado em 2015 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a taxa de participação feminina na força de trabalho da Índia - India’s female labour force participation (FLFP) – é a mais baixa entre os mercados emergentes. De acordo com essa taxa, a porcentagem de mulheres empregadas era de 33%, quase metade da média da Ásia Oriental com cerca de 63% e menor ainda quanto à média global de 2015 com cinquenta por cento. O relatório demonstra que existe uma tendência desconcertante na Índia e uma ausência de força de trabalho inclusiva e diversificada entre homens e mulheres.

Estudos realizados pelo FMI em 2015 comprovam que o crescimento da Índia tem sido retardado pela exclusão das mulheres no mercado de trabalho, além do país perder grandes oportunidades para o crescimento econômico do país. Além da baixa participação das mulheres para a economia, uma das principais explicações que se dá à ausência da mulher é a escassez de dados a nível nacional sobre o setor informal. Sabe-se que o setor informal não remunerado não entra em uma base regular e a sua contribuição para a economia não ‘contam’ quando o país aplica seus registros do mercado de trabalho formal. O que se esquece é que, culturalmente, a mulher está, muitas vezes, condicionada a esses trabalhos informais. São destinadas a trabalhos domésticos, cuidar dos mais velhos, das crianças e acabam não tendo acesso ao mercado de trabalho e mesmo quando tem seu nível de escolaridade não é apto para exercer determinados tipos de trabalhos, justamente pelo fato de ter saído da escola cedo ou nunca ter entrado. A cultura patriarcal indiana limitando, como um dos fatores, o papel da mulher dentro da sociedade e dando continuidade a violências estruturais claras dentro do contexto.

Mesmo com a grande concentração de instrumentos internacionais específicos para a defesa da mulher, mundialmente um dos maiores desafios é a questão de violência de gênero. Na Ásia do Sul, como em diversas partes do mundo, as questões de violência de gênero são baseadas em uma realidade universal que independe a renda, classe, religião ou cultura. Para que consiga analisar a violência contra as mulheres é necessário compreender não somente

como um assunto privado, mas como uma questão de direitos humanos e passar a ver como uma questão de desenvolvimento e totalidade. Não precisa sair do contexto da Ásia do Sul e mesmo quando se daí, nota-se que a masculinidade é definida à custa das mulheres, estupros ainda são justificados como culpa da vítima e a falta de direitos de propriedade. O processo educacional e de socialização de uma menina é construído sobre a desigualdade (MOTA, 2013).

Rekha Pande (2014) afirma que tanto o domínio da casta superior quanto o capitalismo estão sendo meios que resultam mais e mais violência contra a mulher. Ela dá o exemplo da expectativa de vida dos homens comparado com a das mulheres na Ásia do Sul. A mesma afirma que as mulheres possuem, geneticamente, vantagens biológicas que as faz em mais resistentes à má nutrição e infecções e que na Ásia do Sul, diferente de países em desenvolvimento, as mulheres tem diferença de apenas um ano a mais que os homens em sua expectativa de vida, sendo a mais baixa de qualquer região do mundo.

Com a modernização, nota-se que os laços da tradição enfraquecem e a violência de gênero dentro das famílias tem aumentado drasticamente. Como, por exemplo, a violência doméstica. Mesmo não sendo um fenômeno recente, nota-se a resistência em eliminá-la por parte da sociedade tem tido uma falta de compromisso com a seriedade do assunto. Dentro dessa perspectiva deve-se notar que as mulheres tem tido garra para enfrentar a violência doméstica e torná-lá pública mesmo com as inúmeras consequências que irão afetar diretamente suas vidas (PANDE, 2014). Na Índia houve casos de mulheres que por medo passaram a relatar as violências sofridas através do aplicativo SnapChat<sup>20</sup> em que elas usavam os filtros disponibilizados pelos recursos do aplicativo e relatavam seus sofrimentos com as violências diárias (PANDE, 2014).

Analisando os tipos de violências que prevalecem na Índia, podemos claramente associá-las com as propostas por Galtung (1969) como a violência física e psicológica. Primeiro poderíamos analisar como as questões da violência dentro do lar e dentro dos espaços públicos na comunidade em geral. A primeira ocorre quando os homens batem em suas esposas e a segunda, em violências físicas, sexuais (estupro e outros), violência psicológica, exploração comercial dos corpos das mulheres, tráfico de mulheres para abuso sexual, assédios sexuais, etc. Pande (2014, p. 54) vai afirmar que todos esses tipos de violências físicas estão relacionados “com o aumento da pobreza, o que é resultado principalmente do liberalismo econômico desenfreado que segue aumentando”.

---

<sup>20</sup> O Snapchat é uma rede social de mensagens instantâneas utilizada ao redor do mundo. Nele as pessoas compartilham fotos e vídeos.

No relatório “Report of the Special Rapporteur on Minority Issues” publicado no começo desse ano pela relatora independente da ONU, Rita Izsák-Ndjaye, afirma que aproximadamente 250 milhões de pessoas no mundo todo ainda sofrem formas de discriminação e violência baseada em sistemas de castas ou estruturas sociais degradantes, nas quais lhes são determinados status herdados. A mesma descreve como um problema global que afeta comunidades na África, no Oriente Médio, na Ásia e na região do Pacífico. Nesse relatório a especialista considera inaceitável a diferença que se faz dentro desses sistemas e as formas de classificar entre categorias ‘superiores’ e ‘inferiores’ os indivíduos. No decorrer do relatório nota-se que a autora alerta para a exclusão extrema e a desumanização que essas categorias causam e que são enfrentadas pelos que estão à margem desses sistemas, tendo que lidar com as piores condições socioeconômicas, além de serem privadas ao acesso de direitos civis, econômicos, políticos e sociais.

Nas questões econômicas, culturais e sociais, o relatório afirma que na Índia, o ato de varrer as ruas, é predominantemente dado aos Dalits e particularmente a mulheres Dalits. Dados demonstram que 95% dos catadores são mulheres. Mesmo com a aprovação da proibição de empregos como catadores e da Lei de Reabilitação em 2013 a prática ainda persiste e muitas vezes são institucionalizadas através da prática estatal com os governantes locais e municipais que ainda prevalecem com esse tipo de emprego (ONU, 2016).

A marginalização desses grupos se traduz em disparidades consideráveis nas oportunidades educacionais e no nível de escolaridade. Essas diferenças estão prejudicando, ainda mais, a igualdade de oportunidade em empregos e o avanço da população. A discriminação baseada em casta dentro das escolas tem resultado em taxas altas de analfabetismo, um maior número de desistências e um maior risco de crianças com castas inferiores serem recrutadas para o trabalho infantil sendo, no caso das meninas, exploração sexual ou até submetidas a castigos corporais e torturas. O relatório “Report of the Special Rapporteur on minority issues” de 2016 afirma que:

The types of structural discrimination and abuse faced by Dalit children in schools are particularly disturbing, as they are carried out by teachers and replicated by fellow students. They include segregation in classrooms, the use of derogatory terms for their caste, forcing them to perform manual work such as cleaning toilets and picking up garbage, and corporal punishment (ONU, 2016, p. 17)<sup>21</sup>

<sup>21</sup> Tradução Livre: “Os tipos de discriminação e abuso estrutural enfrentado por crianças Dalit nas escolas são particularmente perturbadores, uma vez que são realizados por professores e replicados por companheiros. Inclui a segregação nas salas de aula, o uso de termos depreciativos para casta, forçando-os a realizar trabalhos manuais, como limpeza de banheiros e recolha de lixo, e punição corporal.” Disponível: <<https://documents-dds-nu.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/013/73/PDF/G1601373.pdf?OpenElement>> Novembro, 2016.

A casta ainda é um dos fatores que resultam em múltiplas formas de discriminação contra as mulheres. Mulheres e meninas de casta baixa são mais vulneráveis à violação e negação de seus direitos tanto na vida privada como na vida pública. Elas são frequentemente o maior alvo de violência sexual. Um estudo feito para a criação do “Report of the Special Rapporteur on minority issues” das Nações Unidas (2016) demonstrou doze principais formas de violências contra meninas e mulheres Dalits: nove das doze formas são dentro das comunidades e entre elas estão: abuso verbal, assédio sexual, agressão física, estupro, exploração, prostituição forçada, sequestro, encarceramento forçado e negligencia médica. E as outras três formas foram identificadas dentro da própria família, como: abuso sexual, infanticídio e violência doméstica. Esses dados apontam para possíveis aumentos nas questões de violência sexual entre mulheres e meninas, pois são as mais ocultadas e frequentemente não denunciadas. Essa não formalização dos atos acaba formando uma cultura de invisibilidade, silêncio e impunidade que, em muitos casos, coloca o peso da vergonha sobre essas mulheres.

De acordo com Rita Izsák-Ndjaye (2016), as atrocidades contra as mulheres de castas inferiores são muitas vezes cometidas quando as mesmas tentam afirmar seus direitos e desafiam as normas de casta de gênero. Os perpetradores dessas impunidades incluem proprietários de castas dominantes, médicos, professores e policiais. A autora ainda descreve que essas ‘punições’ são uma forma expressiva de dar uma lição na mulher e em sua comunidade. O que chama atenção, mas não como um padrão, são os policiais estarem como uma categoria expressiva dentro das atrocidades, dessa forma mulheres Dalits enfrentam cada vez mais obstáculos no acesso ao sistema de justiça formal visto que os policiais se recusam a registrar queixas criminais ou atrasam-nas, além da falta de investigação e punição sobre as violências e a insensibilidade por parte dos agentes da lei.

Rita Izsák-Ndjaye relata atos ainda mais alarmantes: mulheres de comunidades rurais e afetadas pela casta são frequentemente excluída dos processos políticos e subordinadas na tomada de decisões. Dessa forma as mulheres são forçadas a ficar em casa e serem representadas por seus maridos nas reuniões (ONU, 2016).

A sobrevivência das mulheres na Índia acaba demonstrando lutas constantes quanto à violência cultural e estrutural relatada por Galtung (1969)<sup>22</sup> Na Índia, a pressão sobre as mulheres para ter uma criança do sexo masculino é enorme. Culturalmente é preferível que se tenha filhos, pois serão eles, mais tarde, a cuidar e dar continuidade a família. Mansilla (2010,

---

<sup>22</sup> Ver capítulo 1

p. 08) relata que até mesmo em provérbios indianos podemos notar claramente essa preferência, quando afirma-se que “uma mulher casada não está completa até que ela dê a luz a uma criança do sexo masculino”<sup>23</sup>. O fato de trazer uma criança ao mundo do sexo masculino traz à família um respeito político, e uma vez que não for alcançado, a família passa a culpar a mulher influenciando diretamente no psicológico e no físico da mesma. Em alguns casos, mulheres cometem suicídio por sentir-se incapaz, assumindo a responsabilidade por não ter cumprido seu papel.

Quando, em alguns casos, as mulheres descobrem estar gerando um feto de sexo feminino, muitas optam por não ter a criança, causando sua morte por aborto. Mansilla (2010) relata que diversas equipes médicas reconhecem estar fazendo um favor à mulher grávida quando recomendam o aborto de um feto do sexo feminino, porque eles estão economizando muitos problemas futuros para a mulher. Relatos como esse demonstram que não só por parte das mulheres a violência cultural recai sobre os ombros, mas, também, de forma estrutural por parte de órgãos que deveriam encorajá-las a dar continuidade e ter aquele feto, mas desencorajam-nas para evitar problemas maiores.

Com o número de meninas abaixo da relação de meninos nascidos, muitas famílias indianas estão pagando para conseguir esposas para seus filhos com melhores características sociais, afirma Mansilla (2010). De acordo com a autora, em alguns casos as famílias compram meninas que acabam casando em idade precoce. Em relatório do mesmo ano, de acordo com a autora, a UNICEF indicou que esse fenômeno não só reduz as oportunidades de formação como diminui, também, a expectativa de vida dessas meninas, de forma que muitas são submetidas à gravidez muito novas. Normalmente conseguem comprar essas meninas rapidamente, uma vez que parte do dinheiro vai para a família da menina dando maiores proporções ao tráfico.

Ainda com relatos abordados pela autora, a prática de compra de meninas tem trocado os papéis dentro do costume de dotes porque quem passa a cuidar das despesas é a família do noivo. Porém essa prática tem dado maiores poderes para o homem uma vez que sob condições não relacionadas com o tráfico, em alguns casos essas meninas passam a ser empregadas domésticas na casa do noivo. Outra prática recorrente é o crescente número de bordéis em países onde ocorre o infanticídio feminino, além de um novo ramo chamado por Mansilla (2010) de acordos no qual um marido permite que outros homens tenham relações sexuais com sua esposa em troca de dinheiro. Além disso, em alguns casos ocorre a poliandria, ou seja, o casamento legal de uma mulher com vários homens. Nessa prática foi

---

<sup>23</sup> Tradução livre de: “una mujer casada no es completa hasta que no da a luz un hijo varón”.

observado que a violência ocorre contra a mulher, especialmente na forma de abuso sexual. Além do aumento considerável de pornografia infantil, outra grande indústria de exploração sexual.

Além desses tipos de violências notamos níveis de violência invisíveis como a estrutural, relatada por Galtung (1969) contra as mulheres perpetradas pelo Estado; Tais são toleradas por Estados que priorizam os costumes acima do respeito a liberdades fundamentais. A definição de violência nessas regiões está relacionada com as normas culturais aceitas de comportamento, como foi o caso de Jyoti Singh em dezembro de 2012, que era estudante de fisioterapia da capital indiana de Nova Delhi e foi violentada, estuprada e torturada por seis homens em um ônibus enquanto retornava para sua casa junto com um amigo que também foi espancado. Jyoti foi tão brutalmente estuprada que morreu duas semanas depois por complicações em decorrência do crime. Mesmo com casos como esse, ainda parece haver uma cultura do silêncio em torno das questões de violência, tanto por uma divisão entre o público como pelo privado (PANDE, 2014). Essa divisão vai operar fortemente na vida das mulheres de classe média por não permitir que elas falem sobre a violência que sofrem. Esses atos repressivos sobre as mulheres são apoiados pelo silenciamento das mesmas. Ou seja, meninas que crescendo presenciando a violência doméstica provavelmente cresceram acreditando que tem que tolerar os parceiros abusivos quando se casarem e esse processo acabam criando novas gerações na mesma dinâmica (PANDE, 2014).

Ribeiro (2016) afirma que na constituição atual indiana, o sistema permanece atrelado a uma hierarquização usada durante a época da colonização. Durante os séculos de dominação britânica na Índia, no qual ela cita o período de 1858 e 1947, a constituição seguia a lógica de que os orientais eram definidos pelos ocidentais como homogêneos, práticos e simples. Dessa forma, ainda que o sistema de castas seja originário do Hinduísmo, anterior a colonização, as diferenças hierárquicas foram agravadas pela imagem do colonizado e indiano.

Enquanto mulher, colonizada e indiana, Jyoti foi vítima de uma estrutura construída para justamente inviabilizá-la dentro da própria sociedade. Os casos de estupros coletivos não podem ser somente compreendidos como uma caracterização puramente patriarcal, mas, de uma intersecção do patriarcado com o colonialismo, racismo e imperialismo (RIBEIRO, 2016).

Ribeiro (2016) relata em seus escritos que de acordo com Galtung (*apud* RIBEIRO, 2003) um sistema hierárquico de castas foi grande fonte de crítica de Mahatma Gandhi. Galtung (2003) relata que o livro trata os mais diversos aspectos da vida do líder indiano Gandhi e demonstra que para ele o Estado moderno indiano detém de alternativas para a

solução dos problemas ligados ao sistema. Gadhi não vê na aniquilação do sistema de castas uma solução para os “abusos cometidos pelas classes mais altas, do comércio, ele busca focar em um sistema de castas não hierárquicas onde as diferenças são enaltecidas em um sistema horizontal e não vertical” (RIBEIRO, 2016, p. 34).

O assassinato de meninas e o aborto frequente de fetos femininos vêm demonstrando aspectos culturais e estruturais violentos e dando uma fortificação no discurso opressor a vítima. Mesmo que a situação do sexo feminino na Índia ainda seja rude, o ideário afirmado de que o sofrimento é inerente à condição feminina pode ser “justificado como motivador do fortalecimento do fosso entre os gêneros e da situação que foram agravadas por conta deste” (RIBEIRO, 2016, p. 42).

O caso de Jyoti Singh e a repercussão que trouxe demonstram a ideia do discurso citado acima. As denúncias de estupros, após a morte da estudante, foram crescentes e deram base para maiores discussões. Além de levar uma parte considerável da população indiana às ruas e chamar a atenção da comunidade internacional para o fato, o acontecimento chamou atenção para a temática de que a mulher indiana é, também, uma mulher colonizada.

A violência estrutural concentra-se em estruturas que não permitem o acesso as necessidades básicas e a violência cultural vem criando um marco legitimador da violência e se realizando por atitudes pessoais que facilmente são identificadas dentro da cultura indiana, mas não fiscalizadas por ter como justificativa a cultura secular sem adaptações para a modernidade e que continuam dando barganha para atos inexplicáveis e com discursos opressores às vítimas.

A preocupação de Galtung (1965) que só fora levado em conta no Pós-Guerra Fria era justamente com fatores seletivos e de distorção. O que Galtung aborda durante toda sua teorização sobre os tipos de violências e como elas têm dando barganha para justificações seculares em torno de países como a Índia demonstram visivelmente formas de violências que ultrapassam as esferas diretas, dando espaço para aspectos estruturais que continuam não só de forma indireta justificando atos bárbaros como diretamente com a clara perpetuação de uma cultura opressora quanto à separação de gênero e as prioridades que uns detém em detrimento do outro. Nos exemplos acima observa-se que é necessário entender que o papel da mulher dentro da sociedade indiana precisa ser levado em conta, também, pelo modo colonizador que ainda perpetua sobre as representações midiática sobre o país. Ainda existe uma grande tendência de interpretar, de forma distorcida, a violência de gênero e a misoginia como expressões culturais e de tradição indiana. Assim, atos de violência direta, por meio do comportamento do outro e que de certo modo perpetua de outras gerações precisam ser vistos



e encarados como tal para que haja de fato não apenas representação internacional ou planos para o combate, mas de fato mudanças efetivas centradas em âmbito doméstico para que atos bárbaros não sejam justificados pela cultura secular e devidamente punidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui desenvolvida proporciona elucidar diversas questões sobre o tema proposto.

Primeiramente, a forte influência desempenhada pela cultura nos assuntos que afetam a imagem da Índia e, principalmente, a vida das cidadãs indianas. Uma das grandes provas disso é a falta de engajamento por parte do governo dentro do cenário doméstico mas que em âmbito internacional, o país continua estável quanto sua imagem desfrutando de um permanente assento no Conselho de Segurança da ONU.

Mesmo com todo esse desenvolvimento na economia, o país ainda apresenta desrespeito, quando visto na prática dentro da sociedade, com os direitos humanos. Mesmo com a luta contra essas violações, as medidas são ineficientes por falta de engajamento do governo. Problemas como maus tratos, tortura, execuções extrajudiciais, permanecem constante pelas instituições ineficientes. De acordo com a Anistia Internacional (2014) a violência contra meninas e mulheres, confrontos de etnias, marginalização com as castas inferiores - Dalits - são algumas violações dentro do país que ainda permanecem dentro do cotidiano. Tais práticas são constitucionalmente proibidas dentro da Índia e mesmo quando o país, internacionalmente, demonstra seu empenho – e não empenho- na defesa dos direitos humanos, nota-se que diariamente, na prática, meninas e mulheres continuam a mercê de todo esse não engajamento.

Estão presentes na Constituição Indiana de 1950 artigos diversos voltados aa proteção aos direitos humanos, como no artigo 17 que proíbe a intocabilidade, a prevalência dos direitos fundamentais - prevista no artigo 13 - e no seguinte, a igualdade de todos perante a lei. O artigo 15 trata sobre a proibição da discriminação por cor, casta, religião tanto por parte dos cidadãos quanto do Estado. Nota-se, ainda, que o Estado pode tomar medidas especiais quanto às crianças e mulheres, além de adotar medidas para o avanço educacional e social das classes desprivilegiadas. Ao decorrer dos artigos ainda são abordadas a participação nos serviços públicos e a liberdade de expressão, ir e vir no território, mas sempre ressaltando que o Estado tome medidas a favor dos oprimidos. Já os Direitos Fundamentais abrange o dever da obediência à constituição, proteger a soberania e a integridade do país, fraternidade para as diversas religiões, regionais ou comunitárias, renunciando as práticas contrárias a dignidade da mulher e a renúncia à violência.

A presença do país em diversos fóruns internacionais, a ratificação de tratados deixa o país estável quanto sua imagem, mas é falho quando se analisa dentro da sociedade. Foi provado que o país não exerce suas funções presentes na constituição e os indivíduos ainda sofrem com a falta de direitos fundamentais.

Foram trazidos dados no decorrer da análise para comprovar a falta de engajamento contra a violência contra as mulheres. A violação dos direitos das mulheres tem sido um dos maiores problemas quanto ao cumprimento dos direitos humanos no país. Diretamente, estruturalmente, culturalmente as violências permeiam em uma cultura de invisibilidade, impunidade e silêncio. Demonstrou-se que essas formas de discriminações, em quase sua totalidade motivada pela hierarquia das castas no país vão contra os princípios básicos de dignidade e igualdade humanas universais e mesmo com órgãos trabalhando para que a mulher consiga alcançar o que lhes são de direito a posição patriarcal dentro da sociedade cria barreiras para que se almeje.

As sombras da casta e o estigma acompanham as mulheres do nascimento até a morte afetando todos os aspectos da vida. Alguns aspectos são a educação, trabalho, moradia, acesso à justiça e uma participação política ativa. A repressão imposta às mulheres faz com que, em muitos casos, os homens respondam por elas perante reuniões de debates ou tomadas de decisões.

Ao longo da análise, demonstrou-se que a estabilidade social e política que ronda a sociedade indiana ficaram a mercê de uma cultura opressora contra a mulher em uma relação direta entre quem exerce o poder e o comando do patriarcado sobre elas. Analisando o contexto indiano, mesmo que em uma análise curta, notou-se que a extensão e incerteza de sua história antes da independência, relatam que a sociedade indiana continuou a ter um regime opressor e desumano, que muito levou sua imagem no cenário internacional como um país descumpridor dos direitos humanos.

Constatou-se que há quebra dos princípios básicos de dignidade e igualdade. Essas quebras são alarmante e demonstram que membros de castas baixas estão são, ainda, designados a atividades subalternas e tratados como excluídos dentro da sociedade. Mesmo quando progressos positivos tenham sido alcançados dentro do país, dados contidos na análise dos capítulos demonstram que são necessárias implementações mais firmes para erradicar a exclusão. Formas essas que demonstram o tamanho da dificuldade do processo de análise e que as inúmeras tentativas de proibições instituídas pelos sistemas de castas continham sendo retaliadas com mais violência contra mulheres, castas inferiores e suas comunidades marginalizadas.

Nota-se que as mulheres indianas ainda enfrentam obstáculos importantes que homens não enfrentam. O ambiente de trabalho é um dos lugares em que se verifica esse problema, pois, embora as mulheres estejam atuando na mesma profissão que os homens, eles ainda ganham muito mais do que elas. Na Índia, diversas mulheres ainda apresentam problemas para trabalhar; Culturalmente as imposições quanto ao papel delas na sociedade, o papel que elas precisam atuar cuidando das crianças, do lar e dos mais velhos, tem impossibilitado milhares de mulheres a conseguir estudar e/ou trabalhar. Supõe-se que as mulheres terão problemas para conciliar a família e o trabalho já que, supostamente é impossível representar o papel estereotipado da mãe altruísta e com uma carreira própria.

A Índia precisa lidar com muitas causas estruturais e culturais que perpetuam a violência endêmica contra as mulheres. O sistema de justiça e as leis precisam de atenção maior e reformulações além da definição de estupro, atualmente longe da adequada, precisa de emendas. A taxa de condenação para crimes como esses são baixas e só tem reforçado mais a comprovação de impunidade. Com dados apresentados foi possível notar que o cenário tem apresentado vários problemas tanto culturalmente, socialmente e politicamente. Não restam dúvidas de que os tipos de violências dentro da sociedade indiana levam fatores subjetivos que são determinantes nas relações internacionais.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Considerações sobre a Violência pela Ótica de Johan Galtung: Alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. **Revista Cadernos de Campo**, São Paulo, vol.1, nº19, pp. 101-116, 2015.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DAS, Sonali; CHANDRA, Jain; KOCHHAR, Kalpana; KUMAR, Naresh. Women Workers in India: Why So Few Among So Many?. **IMF Working Paper**, vol. 1, nº 55 march 2015. pp. 1-31. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp1555.pdf>>. Acesso em 2 de Nov. 2016.

DHARVADKER, Vinay [Ed.]. **Cosmopolitan Geographies: new locations in literature and culture**. New York and London: Routledge, 2001.

DIAS, Vanda Amaro; MOTA; Sarah Carreira da; RANITO, Jovana Jezdimirovic. **Retrospectiva do Conceito de Segurança: alargamento e aprofundamento da agenda securitária no pós-guerra fria**. 2011. Disponível em <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/view/File/1448/1493>>. Acesso em: 3 de set. 2016.

FMI, Fundo Monetário Internacional. **“Women Workers in India: Why So Few Among So Many?”**. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2015.

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**. Manoa, v.27, n.3, pp.291-305, ago. 1996.

\_\_\_\_\_. Violence, Peace and Peace research. **Journal of Peace Research**. Oslo, v.6, n.3, pp.167-191, set. 1969.

IZSÁK, Rita. **Report of the Special Rapporteur on minority issues**. New York: General Assembly United Nations, 2016. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/013/73/PDF/G1601373.pdf?OpenElement>>. Acesso em 11 de Nov. 2016

KRISHNAN, Kavita. Cultura do Estupro e Machismo na Índia em globalização. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, vol. 12, pp. 263-267, 2015.

MANSILLA, Beatriz Campos. El Feticidio e Infanticidio femeninos. **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, vol. 27, pp. 1-14, 2010.

MOTA, Ilóida Manuela Augusto da. **As Relações de Gênero e o Sistema de dote na Índia – O caso de Hyderabad**. 2013. 52 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – ISEG - Lisboa School of Economics & Management, Lisboa, 2013.

NETO, Antonio Augusto Machado de Campos. O Hinduísmo, O Direito Hindu, O Direito Indiano. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, vol. 104, pp.71-111, 2009.

OLIVEIRA, Ariana Bazzano de. O Fim da Guerra Fria e os Estudos de Segurança Internacional: o conceito de Segurança Humana. **Revista Aurora**, v. 5, ano III, pp. 68-79, 2009.

\_\_\_\_\_. **Segurança Humana: Avanços e desafios na política internacional**. Dissertação de Mestrado; (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

PANDE, Rekha. “Desafios para o feminismo no século XXI: uma perspectiva do sul da Ásia, focalizando especialmente Índia”. In: ASSIS, Gláucia de Oliveira; MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Susana Bornéo (Org). **Entrelugares e Mobilidades: Desafios Feministas**. 3 v. Santa Catarina: Copiart, 2014. pp. 35-62.

PAULA, Anna Beatriz da Silveira. **Margens silenciosas: a escritura da mulher na literatura indiana contemporânea**. 2006. 185 f. Tese (Doutorado em Ciência da Literatura- Semiologia) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O trabalho como motor do desenvolvimento humano**. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2015. Disponível em <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf)>. Acesso em 3 de Nov. 2016.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2014. Disponível em <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)>. Acesso em 3 de Nov. 2016

PRAKASH, Gyan. Civil Society, Community, and the Nation in Colonial India. **Revista Etnografica de Princeton University (USA)**, vol. VI, nº I, pp. 27-39, 2002.

RIBEIRO, Débora Alencar. **Somos todas Jyoti Singh? Feminismo Pós-Colonial nas Relações Internacionais e a descolonização da mulher indiana**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

ROBB, Peter. **A History of India**. New York: Palgrave Essential Histories, 2002.

SILVA, Jorge Vieira da. A Verdadeira Paz, desafio do Estado Democrático. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação SEADE, São Paulo, 2002, vol. 16, nº 2, pp. 36-43.

STEIN, Burton. **A History of India**. 2. ed. Nova Jersey (EUA): Wiley-Blackwell, 2010.

TOWARDS EQUALITY. **Report of the Committee on the Status of Woman in India**. New Delhi: Ministry of Education & Social Welfare Department of Social Welfare, 1974. Disponível em <<http://feministlawarchives.pldindia.org/wp-content/uploads/towards-equality-1974-part-1.pdf>>. Acesso em 1 de Nov. 2016.

WIBERG, Hakan. Investigação para a Paz: Passado, presente e futuro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 71, pp. 21-42, 2005.